
Porto Alegre, Segunda-feira, 4 de Novembro de 2019

GOVERNO DO ESTADO
DIÁRIO  **OFICIAL**
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

ANO LXXVII
Nº 215

Diário Oficial Eletrônico do Estado do Rio Grande do Sul

Em decorrência do Decreto nº 53.777/17, que regulamenta a Lei 14.644/2014, a partir do dia 6 de Novembro de 2017 o formato impresso do Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul foi totalmente substituído pela versão digital. O acesso ao conteúdo e a validação da autenticidade serão feitos exclusivamente através do site do Diário Oficial Eletrônico.

Acesse:

<http://www.diariooficial.rs.gov.br>

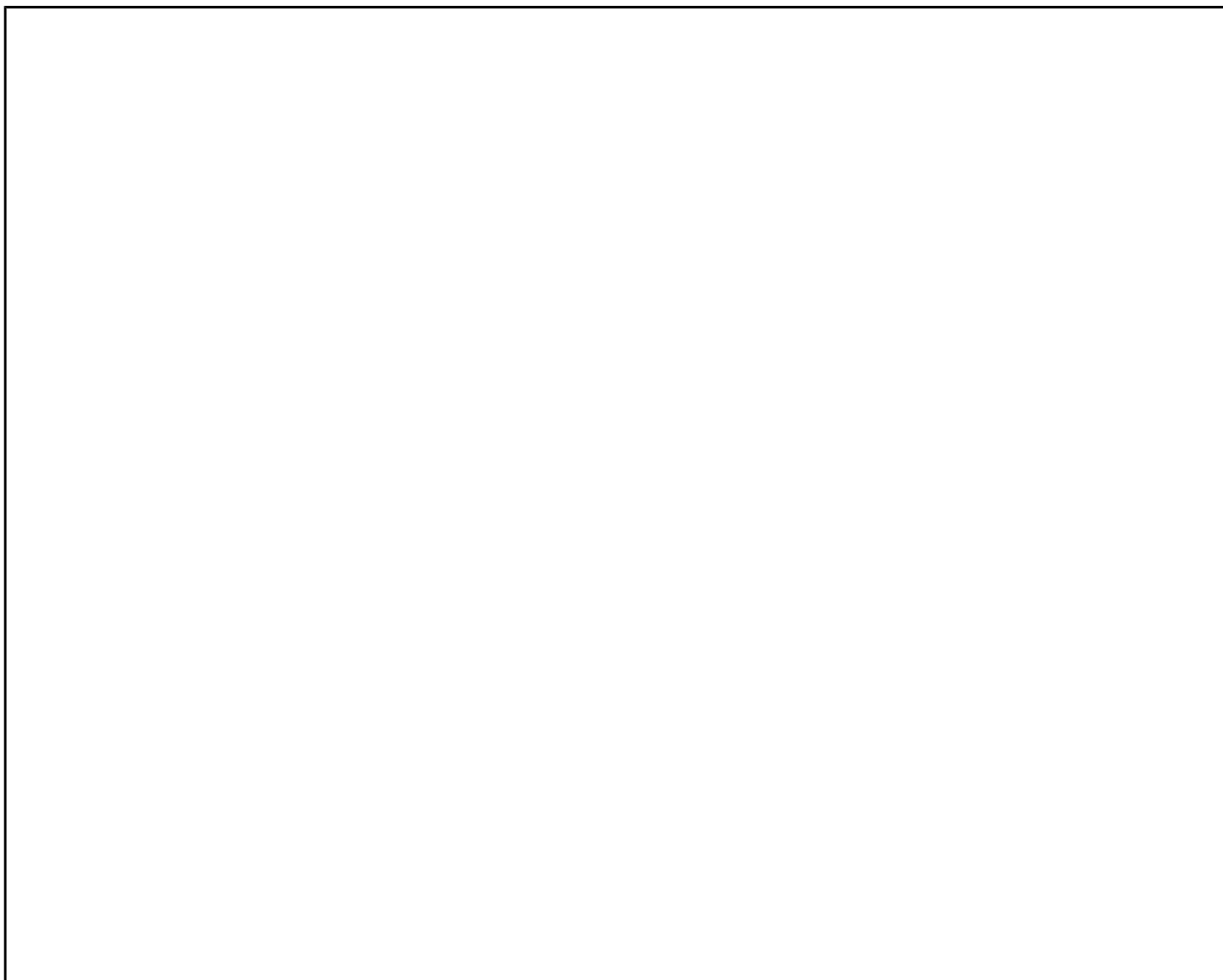
GOVERNO DO ESTADO

EDUARDO LEITE
Governador do Estado

RANOLFO VIEIRA JÚNIOR
Vice-Governador do Estado

SUMÁRIO

ATOS DO GOVERNADOR.....	4
SECRETARIA DA CASA CIVIL.....	25
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO.....	27
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO.....	28
SUBSECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DE LICITAÇÕES - CELIC.....	35
INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO RS.....	37
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO.....	38
FUNDAÇÃO ESCOLA TÉCNICA LIBERATO SALZANO VIEIRA DA CUNHA.....	69
SECRETARIA DA SAÚDE.....	70
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA.....	94
BRIGADA MILITAR.....	96
POLÍCIA CIVIL.....	100
INSTITUTO GERAL DE PERÍCIAS.....	100
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO RS.....	101
SECRETARIA DA FAZENDA.....	102
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.....	124
BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.....	124
BANRISUL ARMAZÉNS GERAIS S A.....	125
SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES.....	125
DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE ESTRADAS DE RODAGEM.....	126
SECRETARIA DE OBRAS E HABITAÇÃO.....	127
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO.....	128
BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL.....	130
SECRETARIA DA INOVAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA.....	130
FUNDAÇÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA.....	131
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL.....	132
SECRETARIA DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E DESENVOLVIMENTO RURAL.....	132
INSTITUTO RIO GRANDENSE DO ARROZ.....	136
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA.....	136
FUNDAÇÃO ESTADUAL DE PROTEÇÃO AMBIENTAL HENRIQUE LUIZ ROESSLER.....	138
COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA.....	140
SECRETARIA DO TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	140
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA.....	141
SUPERINTENDÊNCIA DOS SERVIÇOS PENITENCIÁRIOS.....	143
FUNDAÇÃO DE PROTEÇÃO ESPECIAL DO RS.....	153
SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO E APOIO AOS MUNICÍPIOS.....	154
MINISTÉRIO PÚBLICO.....	155
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.....	156
CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SANTA MARIA.....	164
CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RS.....	165
MUNICÍPIO DE ARROIO DO SAL.....	165
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO PINHAL.....	166
MUNICÍPIO DE ELDORADO DO SUL.....	166
MUNICÍPIO DE ESPERANÇA DO SUL.....	166
MUNICÍPIO DE GARIBALDI.....	166
MUNICÍPIO DE JÚLIO DE CASTILHOS.....	167
MUNICÍPIO DE MATO LEITAO.....	167
MUNICÍPIO DE QUATRO IRMÃOS.....	167
MUNICÍPIO DE RODEIO BONITO RS.....	167
MUNICÍPIO DE SANANDUVA.....	167
MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO SUL.....	167
MUNICÍPIO DE SANTA TEREZA.....	168
MUNICÍPIO DE SAO PEDRO DO SUL.....	168
MUNICÍPIO DE SÉRIO.....	168
MUNICÍPIO DE VENANCIO AIRES.....	168
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA.....	169
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES.....	169
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL.....	169
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRITO.....	169
MUNICÍPIO DE ERECHIM.....	170
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAU.....	170
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA HARTZ.....	170
PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO DO SUL.....	171
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ÂNGELO.....	171
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA.....	171
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPIRANGA.....	171
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERAFINA CORREA.....	172
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE.....	172



ATOS DO GOVERNADOR

EDUARDO LEITE
Praça Marechal Deodoro, s/nº - Palácio Piratini
Porto Alegre / RS / 90010-282

Decretos

*Protocolo: 2019000343016***DECRETO Nº 54.849, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2019.**

Modifica o Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (RICMS).

O **GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 82, inciso V, da Constituição do Estado,

DECRETA:

Art. 1º Ficam introduzidas as seguintes alterações no Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 37.699, de 26/08/97:

ALTERAÇÃO Nº 5137 - No inciso II do art. 26-A do Livro II:

a) fica acrescentada a nota 05 ao "caput", conforme segue:

"NOTA 05 - Ver: hipótese de dispensa de emissão de documento fiscal, art. 44-A, IV."

b) ficam revogadas a alínea "e" e a nota da alínea "f";

c) é dada nova redação à alínea "h" e fica acrescentada a alínea "i", conforme segue:

"h) a partir de 1º de março de 2020, nas operações realizadas por estabelecimentos de produtor rural que tiveram valor adicionado, calculado conforme instruções baixadas pela Receita Estadual, superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) no ano-base de 2017;

i) a partir de 1º de janeiro de 2021, em todas as operações efetuadas por produtor rural."

ALTERAÇÃO Nº 5138 - No art. 32 do Livro II, fica revogada a alínea "b" da nota 02 do "caput".

ALTERAÇÃO Nº 5139 – No título da Seção III do Apêndice II, é dada nova redação ao "caput" da nota 05, mantida a redação de suas notas, conforme segue:

"NOTA 05 - Deverá ser aplicada a "MVA ST original", sem o ajuste previsto na nota 04:"

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO PIRATINI, em Porto Alegre, 1º de novembro de 2019.

EDUARDO LEITE,
Governador do Estado.

Registre-se e publique-se.

OTOMAR VIVIAN,
Secretário-Chefe da Casa Civil.

*Protocolo: 2019000343017***DECRETO Nº 54.850, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2019.**

Modifica o Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (RICMS).

O **GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, V, da Constituição do Estado,

DECRETA:

Art. 1º Com fundamento no disposto no Convênio ICMS 161/19, ratificado nos termos da Lei Complementar Federal nº 24, de 07/01/75, conforme Ato Declaratório CONFAZ nº 17, publicado no Diário Oficial da União de 30/10/19, ficam introduzidas as seguintes alterações no Livro I do Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 37.699, de 26/08/97:

ALTERAÇÃO Nº 5140 - No art. 9º, é dada nova redação ao inciso CLXXXVII, conforme segue:

"CLXXXVII - no período de 1º de novembro a 31 de dezembro de 2019, operações internas de fornecimento de energia elétrica, destinadas a templos de qualquer culto religioso, desde que o imóvel, onde se realizam as atividades, seja de sua propriedade ou esteja na sua posse, observadas as instruções baixadas pela Receita Estadual;

NOTA 01 - Esta isenção somente se aplica para imóvel ou parte dele destinado exclusivamente a práticas religiosas.

NOTA 02 - Ficam convalidadas as operações ocorridas no período de 1º a 31 de outubro de 2019 realizadas de acordo com o disposto neste inciso, vedada a restituição ou compensação de importâncias já pagas ou compensadas."

ALTERAÇÃO Nº 5141 - No art. 10, é dada nova redação aos incisos IX e XII, conforme segue:

"IX - no período de 1º de novembro a 31 de dezembro de 2019, de transporte de cargas realizadas a contribuinte inscrito no CGC/TE;

NOTA 01 - A isenção prevista neste inciso não se aplica nas prestações de serviço:

a) realizadas por transportador não estabelecido neste Estado;

b) em que o tomador do serviço seja:

1 - inscrito no CGC/TE, na categoria geral e que tenha tratamento especial, ou como contribuinte eventual;

2 - órgão da administração pública, federal, municipal ou de outro Estado, inclusive autarquia, sociedade de economia mista ou empresa pública;

3 - produtor, nas prestações interestaduais;

c) não acobertadas por documento fiscal idôneo, salvo nas hipóteses de dispensa de emissão de documento fiscal previstas no Livro II, art. 134.

NOTA 02 - A exceção prevista na alínea "b", 2, da nota anterior não se aplica às prestações de serviço cujo tomador seja órgão da administração pública, inclusive sociedade de economia mista, que efetivamente efetue operações ou prestações com débito do imposto e que esteja relacionado em [instruções baixadas](#) pela Receita Estadual.

NOTA 03 - Ver crédito fiscal presumido em outras hipóteses de prestação de serviço de transporte, art. 32, XXI.

NOTA 04 - Ficam convalidadas as prestações de serviços ocorridas no período de 1º a 31 de outubro de 2019 realizadas de acordo com o disposto neste inciso, vedada a restituição ou compensação de importâncias já pagas ou compensadas."

"XII - no período de 1º de novembro a 31 de dezembro de 2019, de telecomunicação, destinadas a templos de qualquer culto religioso, desde que o imóvel, onde se realizam as atividades, seja de sua propriedade ou esteja na sua posse, observadas as [instruções baixadas](#) pela Receita Estadual.

NOTA 01 - Esta isenção somente se aplica para imóvel ou parte dele destinado exclusivamente a práticas religiosas.

NOTA 02 - Ficam convalidadas as prestações de serviços ocorridas no período de 1º a 31 de outubro de 2019 realizadas de acordo com o disposto neste inciso, vedada a restituição ou compensação de importâncias já pagas ou compensadas."

ALTERAÇÃO Nº 5142 - No art. 24, é dada nova redação ao inciso I, conforme segue:

"I - 20% (vinte por cento), no período de 1º de novembro a 31 de dezembro de 2019, nas prestações de serviço de transporte intermunicipal de pessoas, passageiros ou não, exceto o aéreo;

NOTA 01 - Esta redução de base de cálculo é de adoção facultativa pelo contribuinte em substituição à base de cálculo integral prevista no artigo 17, ficando, na hipótese de sua utilização, vedado o aproveitamento de créditos fiscais relativos às entradas tributadas, conforme previsto no artigo 33, X, e a utilização de quaisquer benefícios fiscais.

NOTA 02 - Ficam convalidadas as prestações de serviços ocorridas no período de 1º a 31 de outubro de 2019 realizadas de acordo com o disposto neste inciso, vedada a restituição ou compensação de importâncias já pagas ou compensadas."

Art. 2º Com fundamento no disposto no Convênio ICMS 103/95, ratificado nos termos da Lei Complementar Federal nº 24, de 07/01/75, conforme Ato COTEPE/ICMS nº 08/95, publicado no Diário Oficial da União de 02/01/96, fica introduzida a seguinte alteração no Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 37.699, de 26/08/97:

ALTERAÇÃO Nº 5143 - No inciso VII do art. 24 do Livro I, é dada nova redação à nota, conforme segue:

"NOTA - Esta redução de base de cálculo é de adoção facultativa pelo contribuinte em substituição à base de cálculo integral prevista no art. 17, ficando, na hipótese de sua utilização, vedado o aproveitamento de créditos fiscais relativos às entradas tributadas, conforme previsto no art. 33, X, e a utilização de quaisquer outros benefícios fiscais."

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de novembro de 2019.

PALÁCIO PIRATINI, em Porto Alegre, 1º de novembro de 2019.

EDUARDO LEITE,
Governador do Estado.

Registre-se e publique-se.

OTOMAR VIVIAN,

Secretário-Chefe da Casa Civil.

Protocolo: 2019000343018

DECRETO Nº 54.851, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2019.

Revoga Decretos.

O **GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, inciso V, da Constituição do Estado, e tendo em vista o que consta no processo administrativo nº 19/0801-0001855-8,

DECRETA:

Art. 1º Ficam revogados os seguintes Decretos:

- I - Decreto nº 18.951, de 7 de março de 1968, que define a política penitenciária do Estado, dispõe sobre a organização dos serviços necessários à sua execução e dá outras providências;
- II - Decreto nº 19.677, de 2 de junho de 1969, que classifica os Presídios Municipais;
- III - Decreto nº 22.498, de 28 de junho de 1973, que aprova alterações dadas ao Regulamento de Promoções de Oficiais da Brigada Militar;
- IV - Decreto nº 22.971, de 4 de janeiro de 1974, que aprova o Estatuto da Fundação de Economia e Estatística e dispõe sobre a sua supervisão;
- V - Decreto nº 23.247, de 13 de agosto de 1974, que reduz o interstício no posto de Capitão PM Engenheiro no ano de 1974;
- VI - Decreto nº 23.342, de 1 de outubro de 1974, que dispõe sobre o Fundo Especial de Reaparelhamento dos Serviços da Segurança Pública (Lei nº 6.704, de 10 de julho de 1974) e dá outras providências;
- VII - Decreto nº 23.847, de 18 de abril de 1975, que altera Regulamento de Promoções de Oficiais da Brigada Militar do Estado;
- VIII - Decreto nº 24.471, de 12 de abril de 1976, que altera o Regulamento de Promoções de Oficiais da Brigada Militar,
- IX - Decreto nº 26.917, de 19 de abril de 1978, que altera o Regulamento de Promoções de Oficiais da Brigada Militar, aprovado pelo Decreto nº 22.498, de 28 de junho de 1973;
- X - Decreto nº 27.960, de 8 de novembro de 1978, que reduz o interstício mínimo de permanência nos postos de Maj PM Dentista e Veterinário, do Quadro de Oficiais de Saúde na Brigada Militar;
- XI - Decreto nº 28.655, de 22 de março de 1979, que dispõe sobre a estrutura básica da Secretaria da Segurança Pública e dá outras providências;
- XII - Decreto nº 28.656, de 22 de março de 1979, que dispõe sobre a estrutura básica da Polícia Civil e dá outras providências;
- XIII - Decreto nº 30.460, de 8 de dezembro de 1981, que altera o interstício mínimo de permanência em Postos da Brigada Militar de Estado;
- XIV - Decreto nº 30.461, de 8 de dezembro de 1981, que dispõe sobre as Qualificações Policiais Militares e dá outras providências;
- XV - Decreto nº 30.798, de 10 de agosto de 1982, que reduz o interstício mínimo de permanência no posto de 1º Tenente de Polícia Militar Músico, do Quadro de Oficiais Especialistas;
- XVI - Decreto nº 31.964, de 13 de agosto de 1985, que dispõe sobre condições gerais e específicas para o ingresso voluntário na Brigada Militar;
- XVII - Decreto nº 32.609, de 1º de setembro de 1987, que institui a Comissão Estadual de Desenvolvimento Integrado da Fronteira;
- XVIII - Decreto nº 32.625, de 24 de setembro de 1987, que reduz o interstício mínimo de permanência no posto de Tenente-Coronel PM do Quadro de Oficiais de Saúde da Brigada Militar;
- XIX - Decreto nº 32.888, de 4 de julho de 1988, que altera a redação do Decreto nº 22.498, de 28 de junho de 1973, que regulamenta as promoções de Oficiais da Brigada Militar;
- XX - Decreto nº 32.889, de 4 de julho de 1988, que dispõe sobre a Comissão Estadual de Desenvolvimento Integrado da Fronteira;
- XXI - Decreto nº 33.060, de 26 de dezembro de 1988, que altera a redação do Decreto nº 32.609, de 1º de setembro de 1987, que instituiu a Comissão Estadual de Desenvolvimento Integrado da Fronteira;
- XXII - Decreto nº 33.119, de 20 de janeiro de 1989, que altera o Decreto nº 33.060, de 26 de dezembro de 1988, que trata da Comissão Estadual de Desenvolvimento Integrado da Fronteira;
- XXIII - Decreto nº 33.219, de 20 de junho de 1989, que altera a redação do Decreto nº 33.060, de 26 de dezembro de 1988, que trata da instituição da Comissão Estadual de Desenvolvimento Integrado da Fronteira;
- XXIV - Decreto nº 33.288, de 16 de agosto de 1989; que altera o Decreto nº 33.060, de 26 de dezembro de 1988, que modifica o de 1987, que institui a Comissão Estadual de Desenvolvimento Integrado da Fronteira;
- XXV - Decreto nº 33.373, de 7 de dezembro de 1989, que institui o Programa Estadual de Prevenção do Uso Indevido de Drogas no Sistema Penitenciário e na FEBEM;
- XXVI - Decreto nº 33.404, de 30 de dezembro de 1989, que transfere sede da Escola de Formação e Especialização de Cabos e Soldados - EsFECS, da Brigada Militar;
- XXVII - Decreto nº 33.484, de 26 de março de 1990; que institui o Gerenciamento de Expansões Petroquímicas;
- XXVIII - Decreto nº 33.485, de 14 de março de 1990, que constitui grupo de trabalho para desenvolver ações

visando à viabilização de um Pólo Metalúrgico;

XXIX - Decreto nº 33.512, de 3 de abril de 1990, que altera a Organização Básica da Brigada Militar do Estado e dá outras providências;

XXX - Decreto nº 33.523, de 9 de maio de 1990, que altera o Decreto nº 33.515, de 16 de abril de 1990, que delega competência ao Chefe da Casa Civil;

XXXI - Decreto nº 33.555, de 13 de junho de 1990, que modifica o Decreto nº 23.141, de 10 de junho de 1974, que criou a Comissão de Promoções da Superintendência dos Serviços Penitenciários da Secretaria da Justiça.

XXXII - Decreto nº 33.527, de 10 de maio de 1990, que constitui Grupo Executivo para desenvolver estudos e coordenar ações para viabilizar a instalação de indústria montadora de veículos automotores no Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências;

XXXIII - Decreto nº 33.535, de 18 de maio de 1990, que constitui Grupo Executivo para promover a integração das ações setoriais do governo voltadas às populações carentes;

XXXIV - Decreto nº 33.671, de 18 setembro de 1990, que aprova o Regimento Interno do Fundo de Apoio à Viabilização de Espaços Econômicos para População de Baixa Renda da Periferia Urbana – PRORENDA;

XXXV - Decreto nº 33.681, de 1 de outubro de 1990, que institui o Programa "Universidade do Trabalhador" e dá outras providências;

XXXVI - Decreto nº 33.702, de 26 de outubro de 1990, que dispõe sobre as condições para o ingresso de Policiais Militares nos Cursos Especiais de Sargentos e Cabos da brigada Militar;

XXXVII - Decreto nº 33.744, de 4 de dezembro de 1990, que altera o Decreto nº 33.702, de 26 outubro de 1990, que dispõe sobre as condições para o ingresso de Policiais Militares nos Cursos Especiais de Sargentos e Cabos/91 na Brigada Militar;

XXXVIII - Decreto nº 36.884, de 29 de agosto de 1996, que limita a destinação do Presídio Estadual de São Sebastião do Caí

XXXIX - Decreto nº 33.896, de 12 de março de 1991, que aprova o Regimento Interno do Fundo de Apoio à Viabilização de Espaços Econômicos para População de Baixa Renda da Periferia Urbana – PRORENDA;

XXL - Decreto nº 33.971, de 17 de junho de 1991, que dispõe sobre o acesso aos arquivos de dados dos sistemas de processamento estaduais;

XLI - Decreto nº 36.976, de 01 de novembro de 1996, que dá nova redação ao DECRETO Nº 36.884, de 29 de agosto de 1996, que limita a destinação do Presídio Estadual de São Sebastião do Caí;

XLII - Decreto nº 34.039, de 12 de setembro de 1991, que dispõe sobre a averiguação de denúncias de irregularidades no serviço público estadual.

XLIII - Decreto nº 34.100, de 13 de novembro de 1991, que institui o "Prêmio Gaúcho de integração";

XLIV - Decreto nº 34.246, de 20 de março de 1992, que institui o "Programa Rio Grande do Sul Internacional" e dá outras providências;

XLV - Decreto nº 34.247, de 20 de março de 1992, que regulamenta o Fundo Especial "Guerra à Miséria" criado pela Lei nº 9.513, de 21 de janeiro de 1992, e dá outras providências;

XLVI - Decreto nº 34.307 de 27 de abril de 1992, que altera o Decreto nº 23.342, de 1º de outubro de 1974, que dispõe sobre o Fundo Especial de Reaparelhamento dos Serviços da Segurança Pública – FUNDESP;

XLVII - Decreto nº 34.308 de 27 de abril de 1992, que altera o Regimento Interno do Fundo Especial de Reaparelhamento dos Serviços da Segurança Pública – FUNDESP;

XLVIII - Decreto nº 34.387, DE 29 DE JUNHO DE 1992, que institui no Estado do Rio Grande do Sul a Comissão Especial para Administração dos Recursos provenientes das Vendas de Aparas de Papel e Sucatas;

XLIX - Decreto nº 34.395, de 10 de julho de 1992, que dá nova redação ao inciso I do artigo 1º do Decreto nº 34.336, de 27 de maio de 1992;

L - Decreto nº 34.409, de 23 de julho de 1992, que acrescenta inciso no artigo 4º do Decreto nº 34.184/92;

LI - Decreto nº 34.424, de 29 de julho de 1992, que dá nova redação ao inciso VII do art. 1º do Decreto nº 34.184/92, de 28 de janeiro de 1992;

LII - Decreto nº 34.427, de 30 de julho de 1992, que cria no âmbito da Brigada Militar e da Polícia Civil a Comissão Policial de Segurança Bancária;

LIII - Decreto nº 34.433, de 11 de agosto de 1992, que aprova o Regimento Interno do Conselho Estadual de Trânsito do Rio Grande do Sul - CETRAN/RS e dá outras Providências;

LIV - Decreto nº 34.473, de 14 de setembro de 1992, que cria o Estandarte Histórico da Escola de Formação e Especialização de Cabos e Soldadas (EsFECS), da Brigada Militar;

LV - Decreto nº 34.474, de 14 de setembro de 1992, que altera o Decreto nº 30.461/81, que trata das Qualificações Policiais Militares e dá outras providencias;

LVI - Decreto nº 34.587, de 23 de dezembro de 1992, que aprova o Regulamento da Comissão Estadual de Qualidade e Produtividade;

LVII - Decreto nº 34.601, de 30 de dezembro de 1992, que altera o Estatuto da Fundação Estadual de Proteção Ambiental – FEPAM;

LVIII - Decreto nº 34.604, de 30 de dezembro de 1992, que altera o Regulamento da Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor - FEBEM, aprovado pelo Decreto nº 20.149, de 05 de fevereiro de 1970;

LVIX - Decreto nº 34.605, de 30 de dezembro de 1992, que aprova alteração do Estatuto da Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser – FEE;

LX - Decreto nº 34.651, de 28 de janeiro de 1993, que modifica o parágrafo único do artigo 381 do Regimento Interno da Polícia Civil;

LXI - Decreto nº 34.666, de 24 de fevereiro de 1993, que modifica a abrangência da área circunscricional da CIRETRAN de Nova Prata;

LXII - Decreto nº 34.681, de 26 de março de 1993, que regulamenta a Lei nº 9.829, de 05 de fevereiro de 1993, que instituiu o Programa de Desenvolvimento da Indústria de Transformação de Produtos Petroquímicos e Químicos do Estado do Rio Grande do Sul - PROPLAST – RS;

LXIII - Decreto nº 34.734, de 17 de maio de 1993, que modifica a abrangência da área circunscricional da CIRETRAN de Antônio Prado;

LXIV - Decreto nº 34.764, de 03 de junho de 1993, que modifica a abrangência da área circunscricional da Delegacia de Polícia e da CIRETRAN de Terra de Areia;

LXV - Decreto nº 34.812, de 29 de julho de 1993, que regulamenta artigos da Lei nº 9.433, de 27 de novembro de 1991 e dá outras providências;

LXVI - Decreto nº 34.861, de 26 de agosto de 1993, que modifica a abrangência da área circunscricional da 4ª Região Policial;

LXVII - Decreto nº 34.862, de 26 de agosto de 1993, que cria Circunscrição de Trânsito na Delegacia de Polícia de Flores da Cunha;

LXVIII - Decreto nº 34.863, de 26 de agosto de 1993, que introduz alteração no Regimento interno da polícia civil;

LXIX - Decreto nº 34.886, de 9 de setembro de 1993, que altera o artigo 4º do Decreto nº 34.812, de 29 de julho de 1993;

LXX - Decreto nº 34.894, de 24 de setembro de 1993, que modifica a abrangência da área circunscricional da 1ª região Policial com sede em São Leopoldo;

LXXI - Decreto nº 34.912, de 30 de setembro de 1993, que altera o decreto nº 34.039, de 12 de setembro de 1991, que dispõe sobre a averiguação de denúncias de irregularidades no serviço público estadual;

LXXII - Decreto nº 34.967, de 16 de novembro de 1993, que modifica a abrangência da área circunscricional da CIRETRAN de Capão da Canoa;

LXXIII - Decreto nº 35.115, de 22 de fevereiro de 1994, que altera o artigo 381 do Regimento interno da polícia civil e eleva Delegacias de Polícia de categoria;

LXXIV - Decreto nº 35.136, de 1º de março de 1994, que transfere área geográfica e circunscricional da Delegacia de Polícia do Município de Torres para Delegacia de Polícia do Município de Três Cachoeiras;

LXXV - Decreto nº 35.163, de 23 de março de 1994, que cria Circunscrição Regional de Trânsito na 1ª Delegacia de Polícia de Cachoeirinha;

LXXVI - Decreto nº 35.164, de 23 de março de 1994, que cria Circunscrição Regional de Trânsito na 1ª Delegacia de Polícia de Alvorada;

LXXVII - Decreto nº 35.165, de 23 de março de 1994, que cria Circunscrição Regional de Trânsito na Delegacia de Polícia de Eldorado do Sul;

LXXVIII - Decreto nº 35.166, de 23 de março de 1994, que modifica a abrangência da área circunscricional da CIRETRAN de Santa Cruz do Sul;

LXXIX - Decreto nº 35.386, de 11 de julho de 1994, que transfere a Delegacia de Polícia de NOVAALVORADA da 24ª para a 6ª Região Policial, com sede no Município de PASSO FUNDO;

LXXX - Decreto nº 35.390, de 12 de julho de 1994, que introduz alterações no Regimento Interno da Polícia Civil;

LXXXI - Decreto nº 35.398, de 19 de julho de 1994, que dispõe sobre Promoções de Policiais Militares Integrantes da QPMG/1-QPMP/9 e dá outras providências;

LXXXII - Decreto nº 35.399, de 19 de julho de 1994, que altera dispositivos do Decreto nº 30.461/81, que trata das Qualificações Policiais Militares e dá outras providências;

LXXXIII - Decreto nº 35.435, de 15 de agosto de 1994, que cria Circunscrição Regional de Trânsito na Delegacia de Polícia do Município de Chiapeta;

LXXXIV - Decreto nº 35.439, de 18 de agosto de 1994, que regulamenta a obrigatoriedade da manutenção e da formação de florestas próprias plantadas para os consumidores de matéria-prima florestal;

LXXXV - Decreto nº 35.595, de 13 de outubro de 1994, que altera a redação da alínea "a", do artigo 5º, do decreto nº 35.439, de 18 de agosto de 1994;

LXXXVI - Decreto nº 35.442, de 19 de agosto de 1994, que institui a Comissão Tripartite e Paritária de Emprego no Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências;

LXXXVII - Decreto nº 35.567, de 04 de outubro de 1994, que cria o Grupo Tático Especial na Polícia Civil;

LXXXVIII - Decreto nº 35.608, de 26 de outubro de 1994, que modifica a abrangência da área circunscricional da 15ª Região Policial;

LXXXIX - Decreto nº 35.609, de 26 de outubro de 1994, que modifica a abrangência da área circunscricional da CIRETRAN de São Valentim;

XC - Decreto nº 35.644, de 16 de novembro de 1994, que introduz alterações no regimento interno da polícia civil, nas atribuições das Delegacias Especializadas de Furto de Veículos e Roubos;

XCI - Decreto nº 35.658, de 18 de novembro de 1994, que altera a redação do Decreto nº 30.461 de 08.12.81 e dá outras providências;

XCII - Decreto nº 35.661, de 25 de novembro de 1994, que modifica o Decreto nº 31.964, de 13 de agosto de 1985, que dispõe sobre as condições gerais e específicas para ingresso voluntário na Brigada Militar;

XCIII - Decreto nº 35.679, de 05 de dezembro de 1994, que modifica o Decreto nº 31.964, de 13 de agosto de 1985, que dispõe sobre as condições gerais e específicas para ingresso voluntário na Brigada Militar;

XCIV - Decreto nº 35.692, de 06 de dezembro de 1994, que subordina as circunscrições policiais dos Municípios de Antônio Prado e de Ipê à 8ª Região Policial;-

XCV - Decreto nº 35.715, de 19 de dezembro de 1994, que altera o Quadro de Organização da Brigada Militar do Estado - QO/BM, aprovado pelo Decreto nº 34.655, de 11 de fevereiro de 1993 e dá outras providências;

XCVI - Decreto nº 35.758, de 27 de dezembro de 1994, que aprova o Regimento Interno dos Institutos de

Criminalística, Médico-Legal e de Identificação;

XCVII - Decreto nº 35.760, de 28 de dezembro de 1994, que cria o Programa Estadual de Controle do Transporte Rodoviária de Produtos Perigosos;

CVIII - Decreto nº 35.806, de 27 de janeiro de 1995, que dispõe sobre a transferência do Fundo Especial de Reaparelhamento dos Serviços de Segurança Pública - FUNDESP/RS;

XCIX - Decreto nº 35.922, de 12 de abril de 1995, que dispõe sobre a estrutura básica da Secretaria de Ciência e Tecnologia e dá outras providências;

C - Decreto nº 35.925, de 12 de abril de 1995, que dispõe sobre a estrutura básica da Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social e dá outras providências;

CI - Decreto nº 35.927, de 12 de abril de 1995, que altera o Regulamento da Comissão Estadual de Qualidade e Produtividade aprovado pelo Decreto nº 34.587, de 23 de dezembro de 1992;

CII - Decreto nº 36.007, de 2 de junho de 1995, que transfere a Delegacia de Polícia e a Ciretran do Município de Feliz, da 1ª para a 8ª Região Policial;

CIII - Decreto nº 36.015, de 06 de junho de 1995, que cria a Circunscrição Regional de Trânsito na Delegacia de Polícia do Município de São Vicente do Sul;

CIV - Decreto nº 36.138, de 23 de agosto de 1995, que institui um Grupo Intersecretarial e dá outras providências;

CV - Decreto nº 36.176, de 13 de setembro de 1995, que altera dispositivos do Regulamento de Promoções de Oficiais da Brigada Militar, aprovado pelo Decreto nº 22.498, de 28 de junho de 1973;

CVI - Decreto nº 36.194, de 22 de setembro de 1995, que institui o Concurso Anual de Curtas-Metragens do Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências;

CVII - Decreto nº 36.214, de 3 de outubro de 1995, que institui o Projeto "Mãos Dadas";

CVIII - Decreto nº 36.250, de 24 de outubro de 1995, que institui Grupo Intersecretarial com o objetivo de reestruturar o ensino técnico-profissionalizante oferecido pelo Estado;

CIX - Decreto nº 36.257, de 27 de outubro de 1995, que altera os Regulamentos de Promoções de Oficiais e Praças da Brigada Militar;

CX - Decreto nº 36.293, de 24 de novembro de 1995, que dá nova redação ao parágrafo 1º dos artigos 5º e 6º do Decreto nº 36.214, de 3 de outubro de 1995.

CXI - Decreto nº 36.308, de 27 de novembro de 1995, que cria a Circunscrição Regional de Trânsito da Delegacia do Município de Três Cachoeiras;

CXII - Decreto nº 36.310, de 27 de novembro de 1995, que transfere a Delegacia de Polícia do Município de IPÊ, da 8ª Região Policial para a 25ª Região Policial;

CXIII - Decreto nº 36.336, de 01 de dezembro de 1995, que dispõe sobre a presidência do Conselho Técnico de Defesa Civil (CONTEC), de que trata o Decreto nº 32.498/87,

CXIV - Decreto nº 36.359, de 19 de dezembro de 1995, que institui o Programa Gaúcho de Apoio Tecnológico ao Desenvolvimento do Estado e dá outras providências;

CXV - Decreto nº 36.368, de 26 de dezembro de 1995, que altera o Decreto nº 36.214/95 que instituiu o Projeto "Mãos Dadas";

CXVI - Decreto nº 36.442, de 25 de janeiro de 1996, que transfere o município de Nova Hartz para a circunscrição da 2ª Região Policial/DPI, com sede em Taquara;

CXVII - Decreto nº 36.488, de 4 de março de 1996, que dispõe sobre o Grupo Intersecretarial instituído pelo Decreto nº 36.250, de 24 de outubro de 1995;

CXVIII - Decreto nº 36.530, de 12 de março de 1996, que cria o Programa "RS EMPREGO - UM TRABALHO DE TODOS" e determina a Instituição do Comitê Estadual do Emprego;

CXIX - Decreto nº 36.531, de 12 de março de 1996, que cria Rede de Oficinas de Emprego do Estado, integrada ao "Programa RS Emprego - Um Trabalho de Todos";

CXX - Decreto nº 36.532, de 12 de março de 1996, que institui o Prêmio RS EMPREGO, vinculado ao Programa "RS EMPREGO - UM TRABALHO DE TODOS";

CXXI - Decreto nº 36.623, de 23 de abril de 1996, que transfere a Delegacia de Polícia e a CIRETRAN do Município de Tapera, da 28ª para a 24ª Região Policial;

CXXII - Decreto nº 36.624, de 23 de abril de 1996, que altera as áreas geográfica e circunscricional, das Delegacias de Polícia dos Municípios de São Sebastião do Cai e Portão e dá outras Providências;

CXXIII - Decreto nº 36.669, de 14 de maio de 1996, que dá nova redação ao Decreto nº 36.214, de 03 de outubro de 1995 que instituiu o Projeto "Mãos Dadas";

CXXIV - Decreto nº 36.680, de 20 de maio de 1996, que transfere o Município de Vila Nova do Sul para a circunscrição da 9ª Região Policial, com sede em Bagé, e dá outras providências;

CXXV - Decreto nº 36.690, de 22 de maio de 1996, que institui o Parque Tecnológico da Região Metropolitana de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul;

CXXVI - Decreto nº 36.716, de 3 de junho de 1996, que altera a área de circunscrição da 1ª Região Policial do Departamento de Polícia do Interior e da 3ª Divisão Regional Metropolitana;

CXXVII - Decreto nº 36.736, de 12 de junho de 1996, que institui Comissão para estudar o aproveitamento da Guarda Municipal de Novo Hamburgo em atividades de auxílio à Brigada Militar;

CXXVIII - Decreto nº 36.765, de 1 de julho de 1996, que transfere a Delegacia de Polícia do Município de Mata da 3ª Região Policial, para a 21ª Região Policial;

CXXIX - Decreto nº 36.831, de 30 de julho de 1996, que cria o Programa de Desenvolvimento de Pequenas e Médias Empresas, o Programa de Atração de Grandes Empresas na 3ª Geração Petroquímica e institui Comissão para o Setor da 3ª Geração Petroquímica;

CXXX - Decreto nº 36.842, de 9 de agosto de 1996, que altera o Decreto nº 31.964, de 13 de Agosto de 1985, com

a redação dada pelo Decreto nº 35.679, de 5 de dezembro de 1994;

CXXXI - Decreto nº 36.843, de 9 de agosto de 1996; que dá nova redação aos artigos 2º e 5º do Decreto nº 35.925, de 12 de abril de 1995, e dá outras providências.

CXXXII - Decreto nº 36.846, de 19 de agosto de 1996, que dá nova redação ao Decreto nº 36.214, de 03 de outubro de 1995, e alterações que instituiu o Projeto "Mãos Dadas", inserido no Programa de Combate à Sonegação "Paguei, Quero Nota";

CXXXIII - Decreto nº 36.857, de 19 de agosto de 1996, que transfere o Município de Harmonia para a circunscrição da Delegacia de Polícia de São Sebastião do Caí;

CXXXIV - Decreto nº 36.870, de 20 de agosto de 1996, que dispõe sobre a vinculação do atual Departamento de Trânsito – DETRAN;

CXXXV - Decreto nº 36.876, de 26 de agosto de 1996, que transfere as Delegacias de Polícia dos municípios de Tunas e Lagoão da circunscrição da 24ª RP, com sede em Soledade, para a circunscrição da 16ª Região Policial, com sede em Santa Cruz do Sul;

CXXXVI - Decreto nº 36.886, de 29 de agosto de 1996, que limita a destinação do Presídio Estadual de São Jerônimo;

CXXXVII - Decreto nº 36.891, de 2 de setembro de 1996, que altera o Decreto nº 31.964, de 13 de agosto de 1985, com a redação dada pelo Decreto nº 35.679, de 5 de dezembro de 1994, que dispõe sobre as condições gerais e específicas para ingresso voluntário na Brigada Militar;

CXXXVIII - Decreto nº 36.892, de 2 de setembro de 1996, que define as circunscrições territoriais das Delegacias de Polícia do Município de Novo Hamburgo;

CXXXIX - Decreto nº 36.907, de 18 de setembro de 1996, que cria Grupo de Trabalho para viabilizar construções, obras e reformas de presídios – GTPRES;

CXL - Decreto nº 36.945, de 16 de outubro de 1996, que altera a redação do Decreto nº 36.530, de 12 de março de 1996;

CXLI - Decreto nº 36.953, de 16 de outubro de 1996, que altera o Decreto nº 36.214, de 3 de outubro de 1995, que instituiu o Projeto "Mãos Dadas", inserido no Programa de Combate à Sonegação "Paguei, Quero Nota";

CXLII - Decreto nº 36.968, de 29 de outubro de 1996, que dá nova redação ao Decreto nº 35.442, de 19 de agosto de 1994, alterados pelos Decretos ns 36.455 e 36.487, de 31 de janeiro de 1996 e 4 de março de 1996, respectivamente, que instituiu a Comissão Tripartite e Paritária de Emprego no Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências;

CXLIII - Decreto nº 36.975, de 1 de novembro de 1996, que dá nova redação ao artigo 3º do Decreto nº 36.591, de 9 de abril de 1996;

CXLIV - Decreto nº 36.977, de 1 de novembro de 1996, que dá nova redação ao Decreto nº 36.886, de 29 de agosto de 1996, que limita a destinação do Presídio Estadual de São Jerônimo;

CXLV - Decreto nº 36.982, de 1 de novembro de 1996, que cria Grupo de Trabalho encarregado de identificar e estimular os perfis vocacionais dos municípios do Estado do Rio Grande do Sul;

CXLVI - Decreto nº 37.061, de 11 de dezembro de 1996, que institui o Programa de Fomento ao Pólo Oleoquímico do Rio Grande do Sul e dá outras providências;

CXLVII - Decreto nº 37.062, de 11 de dezembro de 1996, que determina a priorização do projeto "Pólo Oleoquímico" no Programa Gaúcho de Apoio Tecnológico ao Desenvolvimento do Estado e dá outras providências;

CXLVIII - Decreto nº 37.101, de 17 de dezembro de 1996, que dá nova redação ao Decreto nº 36.214/95 e alterações que instituiu o "Projeto Mãos Dadas", inserido no Programa de Combate à Sonegação "Paguei, Quero Nota";

CXLIX - Decreto nº 37.249, de 18 de fevereiro de 1997, que dá nova redação ao inciso I do artigo 4º do Decreto nº 36.541, de 14 de março de 1996;

CL - Decreto nº 37.270, de 27 de fevereiro de 1997, que introduz alteração na Organização da Brigada Militar do Estado e dá outras providências;

CLI - Decreto nº 37.301, de 13 de março de 1997, que estabelece a estrutura orgânica do Departamento Estadual de Investigações do Narcotráfico - DENARC da Polícia Civil;

CLII - Decreto nº 37.314, de 20 de março de 1997, que estabelece a cooperação entre o Estado e os municípios para investimentos no Corpo de Bombeiros da Brigada Militar;

CLIII - Decreto nº 37.316, de 21 de março de 1997, introduz modificações no Decreto nº 36.541, de 14 de março de 1996, alterado pelo Decreto nº 37.249, de 18 de fevereiro de 1997;

CLIV - Decreto nº 37.319, de 25 de março de 1997, que institui Grupo Intersecretarial com vistas à Promoção e Execução dos Programas de Formação Profissional e de Geração de Emprego e Renda a serem desenvolvidos pelo Governo Estadual;

CLV - Decreto nº 37.326, de 26 de março de 1997, que altera o Decreto nº 31.964, de 13 de agosto de 1985, que dispõe sobre condições gerais e específicas para o ingresso voluntário na Brigada Militar

CLVI - Decreto nº 37.328, de 26 de março de 1997, que institui a carteira de identificação da Secretaria da Justiça e da Segurança e dá outras providências;

CLVII - Decreto nº 37.332, de 8 de abril de 1997, que cria a Comissão de Controle Disciplinar da Segurança Pública e dá outras providências.

CLVIII - Decreto nº 37.372, de 22 de abril de 1997, que altera a redação do art. 7º do Decreto nº 36.530, de 12 de março de 1996, que instituiu o Programa "RS Emprego - Um Trabalho de Todos".

CLIX - Decreto nº 37.432, de 12 de maio de 1997, que dá nova redação ao artigo 11 do Decreto nº 36.214/95, com alterações;

CLX - Decreto nº 37.433, de 14 de maio de 1997, que institui Grupo Intergovernamental;

CLXI - Decreto nº 37.437, de 15 de maio de 1997, que determina a priorização do Projeto "Centros Avançados em Biotecnologia Animal e Vegetal" no Programa Gaúcho de Apoio Tecnológico ao Desenvolvimento do Estado e dá outras

providências;

CLXII - Decreto nº 37.474, de 2 de junho de 1997, que dá nova redação ao Decreto nº 36.214, de 03 de outubro de 1995 e alterações que institui o "Projeto Mãos Dadas", inserido no Programa de Combate à Sonegação "Paguei, Quero Nota";

CLXIII - Decreto nº 37.509, de 25 de junho de 1997, que reduz o interstício mínimo de permanência em Postos da Brigada Militar;

CLXIV - Decreto nº 37.531, de 08 de julho de 1997, que institui Comitê Executivo no Grupo de Trabalho de que trata o Decreto nº 36.034, de 19 de junho de 1995, com alterações;

CLXV - Decreto nº 37.730, de 4 de setembro de 1997, que cria o Comitê de Estudos da Violência e dá outras providências;

CLXVI - Decreto nº 37.793, de 22 de setembro de 1997, que transfere o município de Vale Verde da 17ª Região Policial (São Jerônimo) para a 16ª Região Policial (Santa Cruz do Sul);

CLXVII - Decreto nº 37.836, de 21 de outubro de 1997, que cria o Comitê Estadual de Prevenção de Acidentes e dá outras providências;

CLXVIII - Decreto nº 37.840, de 21 de outubro de 1997, que dá nova redação ao inciso I do parágrafo 3º do artigo 7º do Decreto nº 37.474, de 2 de junho de 1997 que alterou o Decreto nº 36.214, de 13 de outubro de 1995;

CLXIX - Decreto nº 37.887, de 5 de novembro de 1997, que altera o Decreto nº 37.836, de 21 de outubro de 1997;

CLXX - Decreto nº 38.027, de 12 de dezembro de 1997, que altera dispositivos do Decreto nº 34.258, de 3 de abril de 1992, que dispõe sobre descontos em folha de pagamento dos servidores estaduais, e dá outras providências;

CLXXI - Decreto nº 38.088, de 6 de janeiro de 1998, que altera disposições do Decreto nº 36.886, de 29 de agosto de 1996;

CLXXII - Decreto nº 38.173, de 10 de fevereiro de 1998, que dá nova redação ao Decreto nº 36.214, de 3 de outubro de 1995, e alterações, que instituiu o "Projeto Mãos Dadas", inserido no Programa de Combate à Sonegação "Paguei, Quero Nota";

CLXXIII - Decreto nº 38.357, de 01 de abril de 1998, que indica as autoridades competentes para expedir o porte estadual de armas de fogo e dá outras providências;

CLXXIV - Decreto nº 38.436, de 27 de abril de 1998, que altera o Decreto nº 38.357, de 1 de abril de 1998 e dá outras providências;

CLXXV - Decreto nº 38.532, de 26 de maio de 1998, que altera o Decreto nº 36.214, de 3 de outubro de 1995, com a redação dada pelo Decreto nº 38.173, de 10 de fevereiro de 1998;

CLXXVI - Decreto nº 38.617, de 30 de junho de 1998, que cria o Centro Tecnológico Estadual Monteiro Lobato;

CLXXVII - Decreto nº 38.710, de 16 de julho de 1998, que acrescenta os incisos V e VI ao artigo 2º do Decreto nº 37.332, de 8 de abril de 1997, que criou a Comissão de Controle Disciplinar da Segurança Pública;

CLXXVIII - Decreto nº 38.719, de 27 de julho de 1998, que transfere a Polícia Judiciária da 1ª RP localizada no Município de Poço das Antas para a 19ª Região Policial e dá outras providências;

CLXXIX - Decreto nº 38.819, de 2 de setembro de 1998, que aprova o Regulamento do Programa Mãos Dadas, criado pela LEI nº 11.197, de 15 de julho de 1998, e dá outras providências;

CLXXX - Decreto nº 38.823, de 3 de setembro de 1998, que altera as áreas de circunscrição das Delegacias de Polícia do 1º, 2º e 3º Distritos Policiais do Município de Caxias do Sul;

CLXXXI - Decreto nº 38.901, de 28 de setembro de 1998, que institui o Programa de Combate à Sonegação "Paguei, Quero Nota", regulamenta a Lei nº 11.197, de 15 de julho de 1998, e dá outras providências;

CLXXXII - Decreto nº 38.990, de 29 de outubro de 1998, que altera o artigo 4º do Decreto nº 36.530, de 12 de março de 1996, e dá outras providências;

CLXXXIII - Decreto nº 39.126, de 08 de dezembro de 1998, que altera o percentual previsto no inciso I do artigo 11 do Decreto nº 38.173/98 - "Projeto Mãos Dadas";

CLXXXIV - Decreto nº 39.245, de 1º de janeiro de 1999, que valida o Quadro de Acesso do 2º Semestre de 1998 para Promoção de Oficiais da Brigada Militar;

CLXXXV - Decreto nº 39.251, de 27 de janeiro de 1999, que reduz o interstício mínimo de permanência em Postos da Brigada Militar;

CLXXXVI - Decreto nº 39.258, de 01 de fevereiro de 1999, que transfere o Município de Cacequi para a circunscrição da 8ª Delegacia de Educação - Santa Maria;

CLXXXVII - Decreto nº 39.591, de 17 de junho de 1999, que institui Grupo de Trabalho com a finalidade de propor e organizar ações governamentais relativas às localidades turísticas do Estado, em especial durante a Temporada de Verão, e dá outras providências;

CLXXXVIII - Decreto nº 39.663, de 12 de agosto de 1999, que altera o Decreto nº 36.690, de 22 de maio de 1996, que instituiu o Parque Tecnológico da Região Metropolitana de Porto Alegre;

CLXXXIX - Decreto nº 39.685, de 24 de agosto de 1999, que institui Comissão Permanente de Promoções e Eventos;

CXC - Decreto nº 39.724, de 21 de setembro de 1999, que altera os incisos do artigo 2º do Decreto nº 39.591, de 17 de junho de 1999;

CXCI - Decreto nº 39.775, de 13 de outubro de 1999, que altera o Quadro de Organização do Efetivo da Brigada Militar de que dispõe o Decreto nº 39.050, de 20 de novembro de 1998;

CXCII - Decreto nº 39.810, de 11 de novembro de 1999, que introduz alterações no Decreto nº 35.925, de 12 de abril de 1995, que dispõe sobre a estrutura básica da Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social, e dá outras providências;

CXCIII - Decreto nº 39.898, de 29 de dezembro de 1999, que altera os artigos 3º, 7º e 14 do Decreto nº 37.297, de 13 de março de 1997, que dispõe sobre a estrutura básica da Secretaria da Fazenda;

CXCIV - Decreto nº 40.028, de 28 de março de 2000, que altera dispositivos dos Decretos nº 22.498, de 28 de

junho de 1973, e nº 30.618, de 30 de março de 1982, ambos com alterações;

CXCV - Decreto nº 40.029, de 28 de março de 2000, que reduz o interstício mínimo de permanência em Postos da Brigada Militar;

CXCVI - Decreto nº 40.206, de 24 de julho de 2000, que subordina o Posto Policial para a Mulher, de Santa Maria, à 1ª Delegacia de Polícia;

CXCVII - Decreto nº 40.244, de 15 de agosto de 2000, que altera o artigo 2º do Decreto nº 39.591, de 17 de junho de 1999;

CXCVIII - Decreto nº 40.565, de 2 de janeiro de 2001, que institui o Gabinete de Reforma Agrária e dá outras providências;

CXCIX - Decreto nº 40.593, de 16 de janeiro de 2001, que introduz alterações no Decreto nº 37.297, de 13 de março de 1997, dispõe sobre a Loteria do Estado do Rio Grande do Sul, institui modalidades lotéricas, e dá outras providências;

CC - Decreto nº 40.635, de 13 de fevereiro de 2001, que introduz alterações no Decreto nº 37.297, de 13 de março de 1997, e no Decreto nº 40.593, de 16 de janeiro de 2001;

CCI - Decreto nº 40.796, de 29 de maio de 2001, que regulamenta a Lei nº 11.284, de 23 de dezembro de 1998, que autoriza o Poder Executivo a conceder os serviços de remoção e depósito de veículos automotores envolvidos em infrações de trânsito de competência do Estado, e dá outras providências;

CCII - Decreto nº 40.831, de 15 de junho de 2001, que cria Grupo de Trabalho com a finalidade de promover a unificação das ações governamentais nas regiões com menor índice de desenvolvimento;

CCIII - Decreto nº 40.846, de 25 de junho de 2001, que regulamenta o Programa de Garantia de Renda Mínima Familiar instituído pela Lei nº 11.620, de 14 de maio de 2001;

CCIV - Decreto nº 40.873, de 05 de julho de 2001, que reduz o interstício mínimo de permanência em Postos da Brigada Militar;

CCV - Decreto nº 40.897, de 20 de julho de 2001, que altera o inciso I do artigo 4º do Decreto nº 40.831, de 15 de junho de 2001;

CCVI - Decreto nº 41.026, de 3 de setembro de 2001, que modifica o Decreto nº 37.297, de 13 de março de 1997, que dispõe sobre a estrutura básica da Secretaria da Fazenda;

CCVII - Decreto nº 41.103, de 15 de outubro de 2001, que aprova as alterações introduzidas no Regulamento de Promoções de Oficiais da Brigada Militar;

CCVIII - Decreto nº 41.360, de 29 de janeiro de 2002, que altera o Decreto nº 36.194, de 22 de setembro de 1995;

CCIX - Decreto nº 41.513, de 01 de abril de 2002, que cria o Brasão de Armas e o Estandarte do Batalhão de Operações Especiais de Santa Maria, e dá outras providências;

CCX - Decreto nº 41.519, de 02 de abril de 2002, que cria o Programa de Saúde Mental para Trabalhadores da Segurança Pública, e dá outras providências;

CCXI - Decreto nº 41.584, de 06 de maio de 2002, que cria peças complementares em uniformes da brigada militar para uso exclusivo dos integrantes da casa militar, e dá outras providências;

CCXII - Decreto nº 41.667, de 06 de junho de 2002, que transfere a Delegacia de Polícia do Município de Ubiretama da circunscrição de Giruá para a divisão territorial administrativa de Cerro Largo, todos da 6ª Região Policial;

CCXIII - Decreto nº 41.689, de 26 de junho de 2002, que transfere a Delegacia de Polícia do Município de Capela de Santana da 7ª para a 10ª Região Policial;

CCXIV - Decreto nº 41.866, de 2 de outubro de 2002, que altera o artigo 2º do Decreto nº 39.591, de 17 de junho de 1999;

CCXV - Decreto nº 41.870, de 9 de outubro de 2002, que altera as circunscrições das Delegacias de Polícia de Campo Novo e Três Passos, ambas da 6ª Região Policial;

CCXVI - Decreto nº 41.893, de 16 de outubro de 2002, que altera a redação dos incisos I, II, III, IV e VII do § 1º do artigo 15º do Decreto nº 37.297, de 13 de março de 1997, com alterações posteriores, que dispõe sobre a estrutura básica da Secretaria da Fazenda;

CCXVII - Decreto nº 42.029, de 18 de dezembro de 2002, que transfere atividades de Polícia Judiciária do Município de Ubiretama;

CCXVIII - Decreto nº 42.149, de 19 de fevereiro de 2003, que dispõe sobre a estrutura básica da Secretaria da Coordenação e Planejamento e dá outras providências;

CCXIX - Decreto nº 42.238, de 7 de maio de 2003, que institui o Programa Família Faz Bem e dá outras providências;

CCXX - Decreto nº 42.243, de 12 de maio de 2003, que cria Grupo de Trabalho no âmbito da Administração Pública Estadual para Análise do Acúmulo de Ações Trabalhistas e sua Repercussão Financeira na Companhia Estadual de Energia Elétrica – CEEE;

CCXXI - Decreto nº 42.280, de 02 de junho de 2003, que transfere os atos de Polícia Judiciária do Município de Novo Tiradentes;

CCXXII - Decreto nº 42.299, de 13 de junho de 2003, que dispõe sobre a estrutura básica da Secretaria da Agricultura e Abastecimento, e dá outras providências;

CCXXIII - Decreto nº 42.324, de 7 de julho de 2003, que altera o Decreto nº 42.243, de 12 de maio de 2003, e dá outras providências;

CCXXIV - Decreto nº 42.430, de 8 de setembro de 2003, que introduz alterações nos artigos 2º e 5º do Decreto nº 42.149, de 19 de fevereiro de 2003;

CCXXV - Decreto nº 42.438, de 15 de setembro de 2003, que institui o Comitê do Universidade Solidária - UNISOL GAÚCHA, e dá outras providências;

CCXXVI - Decreto nº 42.585, de 15 de outubro de 2003, que institui o Troféu Mérito Defesa Civil e dá outras

providências;

CCXXVII - Decreto nº 42.670, de 21 de novembro de 2003, que altera os artigos 11 e 38 do Regulamento de Promoções de Oficiais da Brigada Militar, de que trata o Decreto nº 22.498, de 28 de junho de 1973, com alterações;

CCXXVIII - Decreto nº 42.676, de 25 de novembro de 2003, que institui o Programa Gaúcho de Biodiesel - PROBIODIESEL/RS -, e dá outras providências;

CCXXIX - Decreto nº 42.709, de 25 de novembro de 2003, que institui o Banco de Doações da Defesa Civil Estadual, e dá outras providências;-

CCXXX - Decreto nº 42.759, de 15 de dezembro de 2003, que institui Grupo de Trabalho Permanente com a finalidade de acompanhar e promover ações para a implantação do Projeto UTE SEIVAL - 500MW;

CCXXXI - Decreto nº 42.790, de 29 de dezembro de 2003, que aprova as alterações introduzidas no Regulamento de Promoções de Oficiais da Brigada Militar, aprovado pelo Decreto nº 22.498, de 28 de junho de 1973;

CCXXXII - Decreto nº 42.793, de 30 de dezembro de 2003, que altera o Decreto nº 42.790, de 29 de dezembro de 2003, e dá outras providências;

CCXXXIII - Decreto nº 42.851, de 22 de janeiro de 2004, que dispõe sobre o Quadro de Organização do Efetivo da Brigada Militar, fixado pela Lei nº 10.993, de 18 de agosto de 1997;

CCXXXIV - Decreto nº 43.011, de 08 de abril de 2004, que institui o Comitê Estadual de Mobilização contra a Situação de Emergência;

CCXXXV - Decreto nº 43.015, de 16 de abril de 2004, que institui Grupo de Trabalho para a promoção de estudos de viabilidade para a implantação do projeto de construção da Ponte Binacional Porto Xavier/BR - San Javier/AR;

CCXXXVI - Decreto nº 43.034, de 19 de abril de 2004, que cria o Instituto Penal de Viamão/RS;

CCXXXVII - Decreto nº 43.137, de 2 de junho de 2004, que dá nova redação ao inciso II do artigo 2º do Decreto nº 42.162, de 7 de março de 2003;

CCXXXVIII - Decreto nº 43.199, de 30 de junho de 2004, que altera o Regulamento de Promoções dos servidores integrantes do Plano de Cargos Efetivos do Quadro de Pessoal do Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN/RS -, aprovado pelo Decreto nº 40.718, de 9 de abril de 2001;

CCXXXIX - Decreto nº 43.323, de 31 de agosto de 2004, que institui Comissão para acompanhamento de convênios com a Fundação da Brigada Militar, de que trata a Lei nº 12.128, de 19 de julho de 2004, e dá outras providências;

CCXXL - Decreto nº 43.398, de 15 de outubro de 2004, que institui o Programa de Valorização do Conhecimento Tecnológico e da Atividade Inventiva - TECNOLOGIA & INOVAÇÃO/RS, e dá outras providências;

CCXXLI - Decreto nº 43.404, de 19 de outubro de 2004, que institui um Grupo de Trabalho voltado às Usinas de Jacuí e de Charqueadas;

CCXXLII - Decreto nº 43.417, de 22 de outubro de 2004, que altera o § 2º do artigo 2º do Decreto nº 39.591, de 17 de junho de 1999;

CCXXLIII - Decreto nº 43.466, de 23 de novembro de 2004, que dá nova redação ao artigo 2º do Decreto nº 43.015, de 16 de abril de 2004, que institui Grupo de Trabalho para a Promoção de Estudos de Viabilidade para a Implantação do Projeto de Construção da Ponte Binacional Porto Xavier/BR - San Javier/AR;

CCXXLIV - Decreto nº 43.489, de 8 de dezembro de 2004, que institui Grupo de Trabalho para a promoção de estudos e ações preparatórias à realização do 1º Congresso Internacional de Energias Renováveis;

CCXXLV - Decreto nº 43.518, de 27 de dezembro de 2004, que institui Grupo de Trabalho para a promoção de estudos e apresentação de propostas relativamente ao Ensino Técnico Industrial e Agrícola nos Estabelecimentos Estaduais, à situação funcional no Estado dos Técnicos Industriais e Agrícolas de Nível Médio, bem como à valorização destes no Rio Grande do Sul;

CCXXLVI - Decreto nº 43.580, de 19 de janeiro de 2005, que institui um Grupo de Trabalho com a finalidade de realizar estudos para a racionalização e adequação do uso de imóveis da Administração Estadual na cidade de Porto Alegre;

CCXXLVII - Decreto nº 43.604, de 1 de fevereiro de 2005, que prorroga o prazo estipulado no Decreto nº 43.398, de 15 de outubro de 2004, que instituiu o Programa de Valorização do Conhecimento Tecnológico e da Atividade Inventiva-Tecnologia & Invenção/RS, e dá outras providências;

CCXXLVIII - Decreto nº 43.614, de 10 de fevereiro de 2005, que transfere o Município de Nova Candelária, da 22ª Região Policial, para a circunscrição da Delegacia de Polícia de Boa Vista do Buricá;

CCXXLIX - Decreto nº 43.617, de 11 de fevereiro de 2005, que altera o Regulamento de Promoções de Oficiais da Brigada Militar, aprovado pelo Decreto nº 22.498, de 28 de junho de 1973;

CCL - Decreto nº 43.676, de 16 de março de 2005, que integra o Departamento de Organização e Correição - DOC à Corregedoria-Geral de Polícia-COGEPO - , e dá outras providências;

CCLI - Decreto nº 43.907, de 5 de julho de 2005, que altera a redação do artigo 2º, caput, do Decreto nº 43.323, de 31 de agosto de 2004;

CCLII - Decreto nº 43.917, de 14 de julho de 2005, que altera os artigos 22, 77, 89, 90, 91, 92, 93 e 94 do Regimento Interno da Polícia Civil;

CCLIII - Decreto nº 43.919, de 14 de julho de 2005, que institui Grupo de Trabalho para a promoção de estudos e medidas com a finalidade de estimular e viabilizar ações de captação e armazenamento das águas provenientes das chuvas, para utilizá-las na produção agropecuária do Estado;

CCLVI - Decreto nº 43.925, de 15 de julho de 2005, que institui Grupo de Trabalho com a finalidade de elaborar estudos para a viabilização e revitalização do Museu Arqueológico de Taquara;

CCLV - Decreto nº 44.077, de 17 de outubro de 2005, que constitui Grupo de Trabalho para implantação do Museu de Cultos Afro-Brasileiros do Rio Grande do Sul, e dá outras providências;

CCLVI - Decreto nº 44.251, de 13 de janeiro de 2006, que institui o Programa de Inovação do Rio Grande do Sul - RS Tec e dá outras providências;

CCLVII - Decreto nº 44.395, de 12 de abril de 2006, que altera a redação do inciso VIII do artigo 9º do Regimento

Interno da Secretaria de Ciência e Tecnologia, aprovado pelo Decreto nº 44.067, de 17 de outubro de 2005;

CCLVIII - Decreto nº 44.399, de 12 de abril de 2006, que institui um Grupo de Trabalho voltado à elaboração de projetos, fiscalização e acompanhamento das obras estabelecidas pela Secretaria da Saúde;

CCLIX - Decreto nº 44.425, de 10 de maio de 2006, que institui um Grupo de Trabalho para desenvolver ações voltadas aos Arroios Taquarembó e Jaguari;

CCLX - Decreto nº 44.453, de 25 de maio de 2006, que altera o Capítulo XII, do artigo 240 ao artigo 275, do Regimento Interno da Polícia Civil, e dá outras providências;

CCLXI - Decreto nº 44.913, de 1º de março de 2007, que institui Grupo de Trabalho para elaboração de proposta para regulamentação da Lei Estadual nº 12.427/2006;

CCLXII - Decreto nº 45.070, de 25 de maio de 2007, que altera a circunscrição da Delegacia de Polícia de Áurea/RS, da 11ª Região Policial;

CCLXIII - Decreto nº 45.249, de 13 de setembro de 2007, que altera os artigos 3º e 5º do Decreto nº 36.968, de 29 de outubro de 1996;

CCLXIV - Decreto nº 45.271, de 03 de outubro de 2007, que institui Grupo de Trabalho para elaboração de projetos, fiscalização e supervisão das obras estabelecidas pela Secretaria da Segurança Pública;

CCLXV - Decreto nº 45.409, de 20 de dezembro de 2007, que institui o Programa Surf Legal e dá outras providências;

CCLXVI - Decreto nº 45.472, de 8 de fevereiro de 2008, que institui Grupo de Trabalho com a finalidade de promover estudos e acompanhar os projetos e execução da reorganização dos espaços de trabalho do Centro Administrativo Fernando Ferrari - CAFF - e dá outras providências;

CCLXVII - Decreto nº 45.536, de 6 de março de 2008, que estabelece procedimento de consulta pública para a elaboração da Política Estadual da Mulher, e dá outras providências;

CCLXVIII - Decreto nº 45.641 de 05 de maio de 2008, que altera as circunscrições das Delegacias de Polícia de Barra do Guarita e Tenente Portela;

CCLXIX - Decreto nº 45.670 de 23 de maio de 2008, que dispõe sobre a estrutura básica da Secretaria do Turismo, Esporte e Lazer e dá outras providências;

CCLXX - Decreto nº 45.672 de 23 de maio de 2008, que dispõe sobre a estrutura básica da Secretaria de Infra-Estrutura e Logística e dá outras providências;

CCLXXI - Decreto nº 45.912, de 25 de setembro de 2008, que cria na Brigada Militar três unidades do Colégio Tiradentes com sedes, respectivamente, nos municípios de Santa Maria, Pelotas e Canoas;

CCLXXII - Decreto nº 46.257, de 27 de março de 2009, que cria a Comissão Estadual do "Ano da França no Brasil";

CCLXXIII - Decreto nº 46.458, de 30 de junho de 2009, que cria Grupo de Trabalho para realização de estudos e acompanhamento acerca do processo de revitalização e reposicionamento do Hospital Psiquiátrico São Pedro no âmbito da Política Estadual de Saúde Mental;

CCLXXIV - Decreto nº 46.577, de 24 de agosto de 2009, que regulamenta a Lei nº 13.238, de 05 de Agosto de 2009, que instituiu o Prêmio de Boas Práticas em Gestão Para o Desenvolvimento Social no Estado do Rio Grande do Sul;

CCLXXV - Decreto nº 46.611, de 17 de setembro de 2009, que acrescenta o inciso VII ao artigo 338 e o artigo 344-A no Regimento Interno da Polícia Civil;

CCLXXVI - Decreto nº 46.670, de 6 de outubro de 2009, que estabelece normas para o envio de matérias destinadas a publicação no Diário Oficial do Estado - Caderno do Governo do Estado;

CCLXXVII - Decreto nº 47.412, de 17 de agosto de 2010, que denomina GENERAL IBÁ ILHA MOREIRA o Departamento Médico-Legal do Instituto-Geral de Perícias da Secretaria da Segurança Pública;

CCLXXVIII - Decreto nº 47.428, de 26 de agosto de 2010, que institui uma Comissão Especial de Licitação para Revitalização do Cais Mauá e dá outras providências;

CCLXXIX - Decreto nº 47.667, de 20 de dezembro de 2010, que altera o Regimento Interno da Polícia Civil;

CCLXXX - Decreto nº 47.789, de 7 de janeiro de 2011, que dispõe sobre a criação de Grupos de Trabalho Temporários vinculados à Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES;

CCLXXXI - Decreto nº 47.820, de 7 de fevereiro de 2011, que introduz alterações no Decreto nº 35.815, de 03 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre o relacionamento do Governo do Estado com os Poderes Legislativo e Judiciário, o Mistério Público, o Corpo Consular e dá outras providências;

CCLXXXII - Decreto nº 47.868, de 3 de março de 2011, que institui o Comitê Gestor de Políticas de Gênero e dá outras providências;

CCLXXXIII - Decreto nº 48.007, de 10 de maio de 2011, que cria o Programa Cultural Coletivo Fotográfico Nondogma, vinculado ao Gabinete da Primeira Dama do Estado;

CCLXXXIV - Decreto nº 48.083, de 6 de junho de 2011, que altera o Decreto nº 41.513, de 1º de abril de 2002;

CCLXXXV - Decreto nº 48.121, de 27 de junho de 2011, que institui um Grupo de Trabalho com a finalidade de acompanhar os processos de instalação de empresas na Zona Mista para Indústrias, Centros de Distribuição e Serviços Correlatos de Guaíba, e dá outras providências;

CCLXXXVI - Decreto nº 48.221, de 4 de agosto de 2011, que altera o Regimento Interno da Polícia Civil;

CCLXXXVII - Decreto nº 48.228, de 9 de agosto de 2011, que dispõe sobre a estrutura básica da Secretaria de Obras Públicas, Irrigação e Desenvolvimento Urbano, e dá outras providências;

CCLXXXVIII - Decreto nº 48.799, de 14 de janeiro de 2012, que dispõe sobre a transferência de recursos financeiros, provenientes da Defesa Civil, aos Municípios com Situação de Emergência Decretada pelo Estado do Rio Grande Sul em decorrência de estiagem;

CCLXXXIX - Decreto nº 48.948, de 26 de março de 2012, que institui Comitê de Normas do Executivo Estadual;

CCXC - Decreto nº 50.294, de 2 de maio de 2013, que altera o art. 6º do Decreto nº 48.228, de 9 de agosto de 2011, que dispõe sobre a estrutura básica da Secretaria de Obras Públicas, Irrigação e Desenvolvimento Urbano;

CCXCI - Decreto nº 50.295, de 2 de maio de 2013, que aprova o Regimento Interno da Secretaria de Obras Públicas, Irrigação e Desenvolvimento Urbano;

CCXCII - Decreto nº 50.506, de 24 de julho de 2013, que aprova o Regimento Interno da Secretaria de Desenvolvimento e Promoção do Investimento;

CCXCIII - Decreto nº 50.758, de 18 de outubro de 2013, que altera o Decreto nº 44.453, de 25 de maio de 2006, que dispõe sobre o Regimento Interno da Polícia Civil;

CCXCIV - Decreto nº 51.107, de 6 de janeiro de 2014, que altera a circunscrição da Delegacia de Polícia de Teutônia/RS;

CCXCV - Decreto nº 51.976, de 10 de novembro de 2014, que altera o Regimento Interno da Polícia Civil;

CCXCVI - Decreto nº 52.583, de 1º de outubro de 2015, que cria o Núcleo Estadual de Educação de Jovens e Adultos e Cultura Popular nas dependências do Presídio Estadual de Getúlio Vargas, Município de Getúlio Vargas;

CCXCVII - Decreto nº 52.680, de 3 de novembro de 2015, que altera o Decreto nº 48.948, de 26 de março de 2012, que institui Comitê de Normas do Executivo Estadual;

CCXCVIII - Decreto nº 52.760, de 9 de dezembro de 2015, que altera o Regimento Interno da Polícia Civil, para estabelecer nova organização ao Gabinete de Inteligência e Assuntos Estratégicos;

CCXCIX - Decreto nº 53.082, de 21 de junho de 2016, que altera o Regimento Interno da Polícia Civil, para estabelecer a organização do Departamento de Tecnologia da Informação Policial - DTIP, integrante da estrutura organizacional da Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Sul;

CCC - Decreto nº 53.208, de 27 de setembro de 2016, que estabelece que o Município de Gramado Xavier, integrante da 16ª Delegacia de Polícia Regional do Interior, sediada em Santa Cruz do Sul, será atendido pela Delegacia de Polícia de Boqueirão do Leão, integrante da mesma Região Policial.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO PIRATINI, em Porto Alegre, 1º de novembro de 2019.

EDUARDO LEITE,
Governador do Estado.

Registre-se e publique-se.

OTOMAR VIVIAN,
Secretário-Chefe da Casa Civil.

Protocolo: 2019000343019

DECRETO Nº 54.852, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2019.

Declara a revogação de Decretos.

O **GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, inciso V, da Constituição do Estado, e tendo em vista o que consta no expediente nº 19/0801-0001855-8,

DECRETA:

Art. 1º Ficam revogados os seguintes Decretos:

- I - Decreto nº 33.113, de 19 de janeiro de 1989, que dispõe sobre diárias devidas aos servidores do Estado;
- II - Decreto nº 33.155, de 31 de março de 1989, que dispõe sobre o parcelamento de créditos decorrentes de precatórios judiciais pendentes de pagamento e dá outras providências;
- III - Decreto nº 33.184, de 19 de janeiro de 1989, que dispõe sobre diárias devidas aos servidores do Estado;
- IV - Decreto nº 33.195, de 29 de maio de 1989, que dispõe sobre preços dos serviços da Junta Comercial do Estado, e dá outras providências;
- V - Decreto nº 33.205, de 14 de junho de 1989, que dá cumprimento ao disposto no artigo 4º da Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975;
- VI - Decreto nº 33.249, de 10 de julho de 1989, que dispõe sobre diárias devidas aos servidores do Estado;
- VII - Decreto nº 33.285, de 9 de agosto de 1989, que dispõe sobre preços dos serviços da Junta Comercial do Estado, e dá outras providências;
- VIII - Decreto nº 33.314, de 29 de setembro de 1989, que altera o [Decreto nº 32.516, de 15 de março de 1987](#), dispõe sobre a Secretaria de Cultura, Turismo e Desporto e dá outras providências;
- IX - Decreto nº 33.315, de 29 de setembro de 1989, que dispõe sobre a estrutura básica da Secretaria de Cultura, Turismo e Desporto;
- X - Decreto nº 33.316, de 29 de setembro de 1989, que dispõe sobre a reorganização do Conselho Estadual de Desenvolvimento Cultural e dá outras providências;
- XI - Decreto nº 33.329, de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre preços dos serviços da Junta Comercial do Estado, e dá outras providências;
- XII - Decreto nº 33.371, de 4 de dezembro de 1989, que aprova modelo da Carteira de Identidade de Auditor de Finanças Públicas;

- XIII - Decreto nº 33.388, de 20 de dezembro de 1989, que modifica o Decreto nº 31.985, de 28 de agosto de 1985;
- XIV - Decreto nº 33.421, de 19 de janeiro de 1990, que estabelece normas para a Implementação da Privatização da "Açúcar Gaúcho S/A - AGASA";
- XV - Decreto nº 33.447, de 21 de fevereiro de 1990, que estabelece normas para implementação da privatização da Produtos Gaúchos S/A – PROGASA;
- XVI - Decreto nº 33.453, de 1º de março de 1990, que dispõe sobre diárias devidas aos servidores do Estado;
- XVII - Decreto nº 33.507, de 30 de março de 1990, que fixa a lotação dos Auditores de Finanças Públicas na Secretaria da Fazenda e dá outras providências;
- XVIII - Decreto nº 33.511, de 30 de março de 1990, que cria o Centro de Estudos Alberto Pasqualini;
- XIX - Decreto nº 33.519, de 27 de abril de 1990, que dispõe sobre a contenção de despesas na atividade de transporte oficial, disciplina o uso dos veículos pertencentes ao Poder Executivo Estadual e dá outras providências;
- XX - Decreto nº 33.524, de 9 de maio de 1990, que dispõe sobre diárias devidas aos servidores do Estado;
- XXI - Decreto nº 33.531, de 16 de maio de 1990, que institui, na Caixa Econômica Estadual, a loteria instantânea, com bilhetes de resultados imediatos, e dá outras providências;
- XXII - Decreto nº 33.544, de 4 de junho de 1990, que altera a redação do artigo 9º do [Decreto nº 33.519, de 22 de abril de 1990](#);
- XXIII - Decreto nº 33.606, de 12 de julho de 1990, que modifica o [Decreto nº 33.519, de 27 de abril de 1990](#);
- XXIV - Decreto nº 33.616, de 25 de julho de 1990, que dispõe sobre o valor das diárias devidas aos servidores do Estado;
- XXV - Decreto nº 33.621, de 31 de julho de 1990, que dispõe sobre diárias devidas aos servidores do Estado;
- XXVI - Decreto nº 33.638, de 15 de agosto de 1990, que dispõe sobre descontos em folhas de pagamento das contribuições sindicais facultativas para as entidades sindicais;
- XXVII - Decreto nº 33.656, de 31 de agosto de 1990, que dispõe sobre diárias devidas aos servidores do Estado;
- XXVIII - Decreto nº 33.673, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre o reajustamento de preços em contratos da Administração Pública Estadual e dá outras providências;
- XXIX - Decreto nº 33.683, de 2 de outubro de 1990, que dispõe sobre diárias devidas aos servidores do Estado;
- XXX - Decreto nº 33.785, de 14 de janeiro de 1991, que regula o disposto no artigo 5º do Decreto nº 33.673, de 19 de setembro de 1990;
- XXXI - Decreto nº 33.832, de 29 de janeiro de 1991, que extingue o Sistema de Transporte Oficial do Estado e dá outras providências;
- XXXII - Decreto nº 33.952, de 15 de maio de 1991, que dispõe sobre diárias devidas aos servidores do Estado e dá outras providências;
- XXXIII - Decreto nº 33.970, de 13 de junho de 1991, que dispõe sobre a realização de seguros de órgãos e de entidades da Administração Indireta e empresas subsidiárias.
- XXXIV - Decreto nº 33.974, de 21 de junho de 1991, que aprova o regulamento do concurso público para ingresso na carreira de Auditor de Finanças Públicas, integrante do quadro de pessoal efetivo da Secretaria da Fazenda;
- XXXV - Decreto nº 34.018, de 15 de agosto de 1991, que relota cargos e funções do extinto Conselho Estadual de Desenvolvimento Cultural;
- XXXVI - Decreto nº 34.032, de 28 de agosto de 1991, que regulamenta a realização de concurso público para ingresso na carreira de Fiscal de Tributos Estaduais;
- XXXVII - Decreto nº 34.038, de 9 de setembro de 1991, que altera o regulamento do concurso público para ingresso na carreira de Auditor de Finanças Públicas, integrante do quadro de pessoal efetivo da Secretaria da Fazenda;
- XXXVIII - Decreto nº 34.045, de 18 de setembro de 1991, que estabelece estratégia e diretrizes para a implementação da reforma administrativa do Poder Executivo estadual e dá outras providências;
- XXXIX - Decreto nº 34.048, de 23 de setembro de 1991, que aprova o Regulamento do Concurso para ingresso na Carreira de Procurador do Estado do Rio Grande do Sul;
- XL - Decreto nº 34.059, de 3 de outubro de 1991, que regulamenta a aplicação do disposto no art. 4º da Lei 6.464, de 15/12/72, que institui a Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos e dá outras providências;
- XLI - Decreto nº 34.060, de 3 de outubro de 1991, que altera o Anexo II do Decreto nº 33.997, de 17 de julho de 1991;
- XLII - Decreto nº 34.099, de 13 de novembro de 1991, que dispõe sobre o reajustamento de preços em contratos de locação de imóveis não-residenciais e dá outras providências;
- XLIII - Decreto nº 34.102, de 13 de novembro de 1991, que dispõe sobre o Projeto "Marcos Referenciais do Rio Grande do Sul" e dá outras providências;
- XLIV - Decreto nº 34.108, de 21 de novembro de 1991, que reajusta o valor-hora da bolsa-auxílio dos estagiários da Administração Direta e Indireta do Estado;
- XLV - Decreto nº 34.124, de 19 de dezembro de 1991, que dispõe sobre a remuneração dos dirigentes das Sociedades de Economia Mista e das Fundações de direito privado instituídas e/ou mantidas pelo Estado;
- XLVI - Decreto nº 34.125, de 19 de dezembro de 1991, que dispõe sobre diárias devidas aos servidores do Estado e dá outras providências;
- XLVII - Decreto nº 34.210, de 11 de março de 1992, que revoga o artigo 5º do Decreto nº 34.059, de 03 de outubro de 1991;
- XLVIII - Decreto nº 34.245, de 20 de março de 1992, que dispõe sobre o Regulamento do Programa de Incentivo à Demissão Voluntária de Servidores Públicos Estaduais e dá outras providências;
- XLIX - Decreto nº 34.251, de 26 de março de 1992, que dispõe sobre a remuneração dos dirigentes das Sociedades de Economia Mista das Fundações de direito privado instituídas e/ou mantidas pelo Estado;
- L - Decreto nº 34.263, de 13 de abril de 1992, que revoga dispositivo do Decreto nº 33.970, de 13 de junho de

- 1991;
- LI - Decreto nº 34.314, de 30 de abril de 1992, que reajusta o valor-hora da bolsa-auxílio dos estagiários da Administração Direta e Indireta do Estado;
- LII - Decreto nº 34.361, de 04 de junho de 1992, que aprova o Regime Interno do Fundo de Apoio às Demissões Voluntárias, criado pela Lei nº 9.437, de 27 de novembro de 1991;
- LIII - Decreto nº 34.410, de 23 de julho de 1992, que dispõe sobre a remuneração dos dirigentes das sociedades de economia mista e das fundações de direito privado instituídas ou mantidas pelo Estado;
- LIV - Decreto nº 34.411, de 23 de julho de 1992, que fixa o valor-hora da bolsa-auxílio dos estagiários da Administração Direta e Indireta do Estado;
- LV - Decreto nº 34.429, de 6 de agosto de 1992, que institui o Centro de Desenvolvimento da Dança do Rio Grande do Sul;
- LVI - Decreto nº 34.471, de 11 de setembro de 1992, que declara Rio Grande "Cidade Histórica-Patrimônio do Rio Grande do Sul";
- LVII - Decreto nº 34.483, de 25 de setembro de 1992, que altera o parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 33.519 de 27 de abril de 1990 (transporte oficial);
- LVIII - Decreto nº 34.520, de 30 de outubro de 1992, que dispõe sobre a remuneração dos dirigentes das sociedades de economia mista e das fundações de direito privado instituídas ou mantidas pelo Estado;
- LIX - Decreto nº 34.530, de 11 de novembro de 1992, que fixa o valor-hora da bolsa-auxílio dos estagiários da Administração Direta e Indireta do Estado;
- LX - Decreto nº 34.602, de 30 de dezembro de 1992, que dispõe sobre o Sistema de Administração de Recursos Humanos para a Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Estadual;
- LXI - Decreto nº 34.667, de 24 de fevereiro de 1993, que dispõe sobre a remuneração dos dirigentes das Sociedades de Economia Mista e de suas subsidiárias, bem como das Fundações de direito privado instituídas e/ou mantidas pelo Estado;
- LXII - Decreto nº 34.671, de 05 de março de 1993, que fixa o valor-hora da bolsa-auxílio dos estagiários da Administração Direta e Indireta do Estado;
- LXIII - Decreto nº 34.689, de 2 de abril de 1993, que dispõe sobre a remuneração dos dirigentes das Sociedades de Economia Mista e de suas subsidiárias, bem como das Fundações de direito privado instituídas ou mantidas pelo Estado;
- LXIV - Decreto nº 34.698, de 15 de abril de 1993, que institui o Sistema Integrado de Administração de Fundos do Estado do Rio Grande do Sul;
- LXV - Decreto nº 34.700, de 15 de abril de 1993, que altera o Decreto nº 34.032, de 28 de agosto de 1991, que regulamenta a realização de concurso público para ingresso na carreira de Fiscal de Tributos Estaduais;
- LXVI - Decreto nº 34.701, de 15 de abril de 1993, que fixa o valor-hora da bolsa-auxílio dos Estagiários da Administração Direta e Indireta do Estado;
- LXVII - Decreto nº 34.707, de 19 de abril de 1993, que permite concessões parciais da loteria instantânea, explorada pela Caixa Econômica Estadual do Rio Grande do Sul;
- LXVIII - Decreto nº 34.725, de 11 de maio de 1993, que dispõe sobre a remuneração dos dirigentes das Sociedades de Economia Mista e de suas subsidiárias, bem como das Fundações de direito privado instituídas e/ou mantidas pelo Estado;
- LXIX - Decreto nº 34.763, de 03 de junho de 1993, que fixa o valor-hora da bolsa-auxílio dos Estagiários da Administração Direta e Indireta do Estado;
- LXX - Decreto nº 34.773, de 17 de junho de 1993, que dispõe sobre a remuneração dos dirigentes das Sociedades de Economia Mista e de suas subsidiárias, bem como das Fundações de direito privado instituídas e/ou mantidas pelo Estado e dá outras providências;
- LXXI - Decreto nº 34.815, de 30 de julho de 1993, que dispõe sobre a remuneração dos dirigentes das Sociedades de Economia Mista e de suas subsidiárias, bem como das Fundações de direito privado instituídas e/ou mantidas pelo Estado;
- LXXII - Decreto nº 34.826, de 4 de agosto de 1993, que fixa o valor-hora da bolsa-auxílio dos estagiários da Administração Direta e Indireta do Estado;
- LXXIII - Decreto nº 34.899, de 28 de setembro de 1993, que dispõe sobre a remuneração dos dirigentes das Sociedades de Economia Mista e de suas subsidiárias, bem como das Fundações de direito privado instituídas e/ou mantidas pelo Estado;
- LXXIV - Decreto nº 34.920, de 7 de outubro de 1993, que fixa o valor-hora da bolsa-auxílio dos Estagiários da Administração Direta e Indireta do Estado;
- LXXV - Decreto nº 34.987, de 25 de novembro de 1993, que dispõe sobre a remuneração dos dirigentes das sociedades de Economia Mista e de suas subsidiárias, bem como das Fundações de direito privado instituídas e/ou mantidas pelo Estado;
- LXXVI - Decreto nº 34.997, de 29 de novembro de 1993, que fixa o valor-hora da bolsa-auxílio dos Estagiários da Administração Direta e Indireta do Estado;
- LXXVII - Decreto nº 35.014, de 16 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a remuneração dos dirigentes das Sociedades de Economia Mista e de suas subsidiárias, bem como das Fundações de direito privado instituídas e/ou mantidas pelo Estado;
- LXXVIII - Decreto nº 35.080, de 17 de janeiro de 1994, que dispõe sobre a remuneração dos dirigentes das Sociedades de Economia Mista e de suas subsidiárias, bem como das Fundações de direito privado instituídas e/ou mantidas pelo Estado;
- LXXIX - Decreto nº 35.081, de 17 de janeiro de 1994, que Regulamenta o parágrafo 5º do artigo 4º da Lei nº 10.000, de 26 de novembro de 1993;

- LXXX - Decreto nº 35.093, de 21 de janeiro de 1994, que fixa o valor-hora da bolsa-auxílio dos Estagiários da Administração Direta e Indireta do Estado;
- LXXXI - Decreto nº 35.098, de 26 de janeiro de 1994, que dispõe sobre o credenciamento e autorização para realização de sorteios de que tratam a Lei Federal nº 8.672, de 6 de julho de 1993 e o Decreto Federal nº 981, de 11 de novembro de 1993;
- LXXXII - Decreto nº 35.156, de 16 de março de 1994, que altera o Anexo II do Decreto nº 33.997, de 17 de julho de 1991;
- LXXXIII - Decreto nº 35.180, de 6 de abril de 1994, que fixa o valor-hora da bolsa-auxílio dos Estagiários da Administração Direta e Indireta do Estado;
- LXXXIV - Decreto nº 35.205, de 22 de abril de 1994, que dispõe sobre a remuneração dos dirigentes das Sociedades de Economia Mista e de suas subsidiárias, bem como das Fundações de direito privado Instituídas e/ou mantidas pelo Estado;
- LXXXV - Decreto nº 35.222, de 28 de abril de 1994, que altera o Decreto nº 35.081, de 17 de janeiro de 1994;
- LXXXVI - Decreto nº 35.265, de 20 de maio de 1994, que dispõe sobre a remuneração dos dirigentes das Sociedades de Economia Mista e de suas subsidiárias, bem como das Fundações de Direito Privado instituídas e/ou mantidas pelo Estado;
- LXXXVII - Decreto nº 35.268, de 20 de maio de 1994, que fixa o valor-hora da bolsa-auxílio dos Estagiários da Administração Direta e Indireta do Estado;
- LXXXVIII - Decreto nº 35.292, de 14 de junho de 1994, que fixa o valor do vale-refeição para o mês de junho de 1994;
- LXXXIX - Decreto nº 35.304, de 22 de junho de 1994, que regulamenta as promoções dos integrantes do Quadro dos Funcionários Técnicos-Científicos do Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem – DAER;
- XC - Decreto nº 35.355, de 29 de junho de 1994, que dispõe sobre a remuneração dos dirigentes das Sociedades de Economia Mista e de suas subsidiárias, bem como das Fundações de direito privado instituídas e/ou mantidas pelo Estado;
- XCI - Decreto nº 35.368, de 30 de junho de 1994, que dispõe sobre a classificação da Companhia Administradora da ZPE do Rio Grande - ZOPERG-RS, no Grupo "A" para os efeitos do Decreto nº 33.997, de 17 de julho de 1991;
- XCII - Decreto nº 35.376, de 7 de julho de 1994, que fixa o valor-hora da bolsa-auxílio dos Estagiários da Administração Direta e Indireta do Estado;
- XCIII - Decreto nº 35.426, de 9 de agosto de 1994, que institui o Programa Extremo-Sul Competitivo - PRODESUL/RS, define a estrutura institucional para a sua implementação e dá outras providências;
- XCIV - Decreto nº 35.430, de 10 de agosto de 1994, que dispõe sobre a remuneração dos dirigentes das Sociedades de Economia Mista e de suas subsidiárias, bem como das Fundações de direito privado instituídas e/ou mantidas pelo Estado;
- XCv - Decreto nº 35.451, de 23 de agosto de 1994, que aprova o regulamento do Projeto Integrado de Desenvolvimento Sustentado nos Municípios de Pelotas, São José do Norte e Rio Grande - Ponta Rasa - e dá outras providências;
- XCVI - Decreto nº 35.561, de 04 de outubro de 1994, que dispõe sobre a remuneração dos dirigentes das Sociedades de Economia Mista e de suas subsidiárias, bem como das Fundações de direito privado instituídas e/ou mantidas pelo Estado;
- XCvII - Decreto nº 35.562, de 4 de outubro de 1994, que fixa o valor-hora da bolsa-auxílio dos Estagiários da Administração Direta e Indireta do Estado;
- XCvIII - Decreto nº 35.597, de 17 de outubro de 1994, que institui Manual de Procedimentos Administrativos;
- XCIX - Decreto nº 35.643, de 16 de novembro de 1994, que dispõe sobre a habilitação nas licitações efetuadas pela Administração Direta e Indireta do Estado e dá outras providências;
- C - Decreto nº 35.729, de 22 de dezembro de 1994, que altera o Decreto nº 35.426, de 9 de agosto de 1994, que criou o Programa Extremo-Sul Competitivo - PRODESUL/RS;
- CI - Decreto nº 35.731, de 22 de dezembro de 1994, que altera os itens III e VII da Tabela Anexa ao Decreto nº 33.317, de 3 de outubro de 1989, que dispõe sobre pagamento de diárias aos servidores policiais e penitenciários;
- CII - Decreto nº 35.770, de 29 de dezembro de 1994, que introduz alterações no Regulamento de Promoções da Carreira de Auditor de Finanças Públicas, integrante do Quadro de Pessoal Efetivo da Secretaria da Fazenda, aprovado pelo Decreto nº 33.449, de 22 de fevereiro de 1990;
- CIII - Decreto nº 35.771, de 29 de dezembro de 1994, que institui o Museu de Cultos Afro-brasileiros do Rio Grande do Sul e dá outras providências;
- CIV - Decreto nº 35.795, de 4 de janeiro de 1995, que dispõe sobre transferências de recursos não estabelecidos constitucionalmente;
- CV - Decreto nº 35.798, de 17 de janeiro de 1995, que dispõe sobre a transferência dos Departamentos de Administração Central de Material e de Patrimônio;
- CVI - Decreto nº 35.801, de 25 de janeiro de 1995, que institui a Comissão Intersecretarial prevista no parágrafo 1º do artigo 15, da Lei nº 10.356, de 10 de janeiro de 1995;
- CVII - Decreto nº 35.802, de 25 de janeiro de 1995, que institui Comissão com a finalidade de sugerir alternativas para definir a sede do Teatro da Orquestra Sinfônica de Porto Alegre;
- CVIII - Decreto nº 35.816, de 3 de fevereiro de 1995, que institui Comissão incumbida de estudar e sugerir medidas de aperfeiçoamento da atividade de arrecadação de receitas tributárias e não tributárias;
- CIX - Decreto nº 35.819, de 16 de fevereiro de 1995, que altera o artigo 4º do Decreto nº 35.643, de 16 de novembro de 1994, que dispõe sobre a habilitação nas licitações da Administração Direta e Indireta do Estado;
- CX - Decreto nº 35.822, de 17 de fevereiro de 1995, que altera a Divisão Territorial da Rede Sanitária da Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente

- CXI - Decreto nº 35.844, de 14 de março de 1995, que institui o Comitê de Política Tributária e dá outras providências;
- CXII - Decreto nº 35.865, de 31 de março de 1995, que Altera a Divisão Territorial da Rede Sanitária da Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente;
- CXIII - Decreto nº 35.915, de 12 de abril de 1995, que dispõe sobre a estrutura básica da Secretaria do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais;
- CXIV - Decreto nº 35.923, de 12 de abril de 1995, que dispõe sobre a estrutura básica da Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos e dá outras providências;
- CXV - Decreto nº 35.957, de 4 de maio de 1995, que institui o Programa e Projetos Especiais na Área Patrimonial do Estado, cria Grupos de Trabalho e dá outras providências;
- CXVI - Decreto nº 35.987, de 16 de maio de 1995, que veda a cedência para a Administração Direta de servidores da Administração Indireta;
- CXVII - Decreto nº 35.988, de 16 de maio de 1995, que institui o Plano de Ação Governamental denominado "Operação Cobrança" e dá outras providências;
- CXVIII - Decreto nº 35.990, de 19 de maio de 1995, que prorroga o prazo de que trata o artigo 4º do Decreto nº 35.643, de 16 de novembro de 1994;
- CXIX - Decreto nº 36.001, de 1 de junho de 1995, que fixa o valor-hora da bolsa-auxílio dos Estagiários da Administração Direta e Indireta do Estado, e dá outras providências;
- CXX - Decreto nº 36.011, de 6 de junho de 1995, que autoriza a Caixa Econômica Estadual do Rio Grande do Sul a realizar extração especial da Loteria Instantânea instituída pelo Decreto nº 33.531, de 16 de maio de 1990;
- CXXI - Decreto nº 36.041, de 21 de junho de 1995, que dispõe sobre a remuneração dos dirigentes das Sociedades de Economia Mista e de suas subsidiárias, bem como das Fundações de Direito Privado, instituídas e/ou mantidas pelo Estado, e dá outras providências;
- CXXII - Decreto nº 36.051, de 4 de julho de 1995, que dá nova redação ao Decreto nº 35.987, de 16 de maio de 1995;
- CXXIII - Decreto nº 36.076, de 19 de julho de 1995, que modifica o Decreto 35.098, de 26 de janeiro de 1994, e dá outras providências;
- CXXIV - Decreto nº 36.116, de 3 de agosto de 1995, que dispõe sobre a cedência de servidores pertencentes à Companhia em processo de liquidação;
- CXXV - Decreto nº 36.191, de 22 de setembro de 1995, que dá nova redação aos artigos 12 e 14 do Decreto nº 35.928, de 12 de abril de 1995 e dá outras providências;
- CXXVI - Decreto nº 36.223, de 11 de outubro de 1995, que altera o Decreto nº 35.098, de 26 de janeiro de 1994, com modificações efetuadas pelo Decreto nº 36.076, de 19 de julho de 1995 e dá outras providências;
- CXXVII - Decreto nº 36.233, de 19 de outubro de 1995, que institui na Caixa Econômica Estadual o Sistema Lotérico "On Line/Real Time" e dá outras providências;
- CXXVIII - Decreto nº 36.272, de 06 de novembro de 1995, que institui o vale-combustível, para o serviço público do Estado, e dá outras providências;
- CXXIX - Decreto nº 36.389, de 29 de dezembro de 1995, que institui o Prêmio do Governo do Estado do Rio Grande do Sul de Incentivo à Produção de Música no Âmbito dos Festivais;
- CXXX - Decreto nº 36.479, de 16 de fevereiro de 1996, que dispõe sobre o funcionamento da "Comissão de Dação em Pagamento", prevista no artigo 4º da Lei Estadual nº 10.714, de 16.01.96 e dá outras providências;
- CXXXI - Decreto nº 36.490, de 06 de março de 1996, que regulamenta a Lei nº 10.715, de 17 de janeiro de 1996, que institui o Fundo para Recuperação Industrial do Rio Grande do Sul - PRIN/RS;
- CXXXII - Decreto nº 36.493, de 6 de março de 1996, que dispõe sobre a criação da Câmara de Recuperação de Créditos Tributários;
- CXXXIII - Decreto nº 36.526, de 11 de março de 1996, que regulamenta a concessão da gratificação de permanência em estabelecimento de ensino, prevista no artigo 95 da Lei nº 10.576, de 14 de novembro de 1995;
- CXXXIV - Decreto nº 36.573, de 26 de março de 1996, que aprova o Regimento Interno da Câmara Setorial da Indústria Conserveira do Estado do Rio Grande do Sul;
- CXXXV - Decreto nº 36.593, de 9 de abril de 1996, que altera o artigo 2º do Decreto nº 36.493, de 06 de março de 1996, que dispõe sobre a Câmara de Recuperação de Créditos Tributários;
- CXXXVI - Decreto nº 36.595, de 10 de abril de 1996, que altera o Decreto nº 36.333, de 1 de dezembro de 1995, que dispõe sobre cotas físicas de diárias;
- CXXXVII - Decreto nº 36.637, de 06 de maio de 1996, que constitui Comissão para avaliar o Concurso Público para provimento de cargos de Fiscal de Tributos Estaduais (C-984/93);
- CXXXVIII - Decreto nº 36.642, de 7 de maio de 1996, que dispõe sobre o acompanhamento econômico e financeiro das empresas públicas e daquelas em que o Estado detenha, direta ou indiretamente, o controle acionário;
- CXXXIX - Decreto nº 36.698, de 30 de maio de 1996, que altera quotas físicas trimestrais de diárias estabelecidas pelo Decreto nº 36.529, de 11 de março de 1996;
- CXL - Decreto nº 36.717, de 5 de junho de 1996, que altera o Decreto nº 36.264, de 31 de outubro de 1995, que aprova o Regulamento do Fundo Operação Empresa - FUNDOPEM-RS;
- CXLI - Decreto nº 36.726, de 12 de junho de 1996, que dá nova redação ao Decreto nº 30.403, de 27 de outubro de 1981, que instituiu o Documento de Ingresso de Receitas - DIR -;
- CXLII - Decreto nº 36.829, de 30 de julho de 1996, que dispõe sobre a desconcentração dos serviços da Junta Comercial do Rio Grande do Sul e dá outras providências;
- CXLIII - Decreto nº 36.835, de 31 de julho de 1996, que aprova o Cadastro Geral dos Servidores e Empregados à Disposição - CAGED, de que trata o Decreto nº 36.603, de 11 de abril de 1996 e dá outras providências;

- CXLIV - Decreto nº 36.951, de 16 de outubro de 1996, que altera quotas físicas trimestrais de diárias estabelecidas pelo Decreto nº 36.529, de 11 de março de 1996;
- CXLV - Decreto nº 36.960, de 18 de outubro de 1996, que regulamenta a Lei nº 10.846, de 19 de agosto de 1996;
- CXLVI - Decreto nº 36.981, de 1 de novembro de 1996, que cria o Comitê de Acerto de Contas Estado-Municípios e dá outras providências;
- CXLVII - Decreto nº 36.988, de 4 de novembro de 1996, que altera quotas físicas trimestrais de diárias estabelecidas pelo Decreto nº 36.529, de 11 de março de 1996;
- CXLVIII - Decreto nº 37.041, de 21 de novembro de 1996, que dá nova redação ao artigo 2º do Decreto nº 36.988, de 4 de novembro de 1996;
- CXLIX - Decreto nº 37.052, de 28 de novembro de 1996, que dispõe sobre a contratação de bens e serviços de informática no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências;
- CL - Decreto nº 37.053, de 28 de novembro de 1996, que altera quotas físicas trimestrais de diárias estabelecidas pelo Decreto nº 36.529, de 11 de março de 1996;
- CLI - Decreto nº 37.054, de 28 de novembro de 1996, que altera quotas físicas trimestrais de diárias estabelecidas pelo Decreto nº 36.529, de 11 de março de 1996;
- CLII - Decreto nº 37.056, de 28 de novembro de 1996, que altera quotas físicas trimestrais de diárias estabelecidas pelo Decreto nº 36.529, de 11 de março de 1996;
- CLIII - Decreto nº 37.109, de 23 de dezembro de 1996, que altera quotas físicas trimestrais de diárias estabelecidas pelo Decreto nº 36.529, de 11 de março de 1996;
- CLIV - Decreto nº 37.121, de 30 de dezembro de 1996, que altera quotas físicas trimestrais de diárias estabelecidas pelo Decreto nº 36.872, de 22 de agosto de 1996;
- CLV - Decreto nº 37.154, de 22 de janeiro de 1997, que altera quotas físicas de diárias estabelecidas pelo Decreto nº 36.529, de 11 de março de 1996;
- CLVI - Decreto nº 37.318, de 24 de março de 1997, que dispõe sobre a estrutura básica da Secretaria da Cultura e dá outras providências;
- CLVII - Decreto nº 37.329, de 26 de março de 1997, que altera quota financeira trimestral de diárias estabelecidas pelo Decreto nº 37.129, de 30 de dezembro de 1996;
- CLVIII - Decreto nº 37.371, de 22 de abril de 1997, que modifica o Regulamento do Fundo Operação Empresa - FUNDOPEM-RS, aprovado pelo Decreto nº 36.264, de 31 de outubro de 1995;
- CLIX - Decreto nº 37.372, de 22 de abril de 1997, que altera a redação do art. 7º do Decreto nº 36.530, de 12 de março de 1996, que instituiu o Programa "RS Emprego - Um Trabalho de Todos";
- CLX - Decreto nº 37.373, de 23 de abril de 1997, que institui o Programa Especial de Incentivo à Geração de Empregos - NOSSO EMPREGO/RS e dá outras providências;
- CLXI - Decreto nº 37.409, de 8 de maio de 1997, que dispensa o pagamento de débitos de ICMS que especifica;
- CLXII - Decreto nº 37.475, de 2 de junho de 1997, que altera quotas fiscais trimestrais de diárias estabelecidas pelo Decreto nº 36.872, de 22 de agosto de 1996;
- CLXIII - Decreto nº 37.476, de 2 de junho de 1997, que altera quotas fiscais trimestrais de diárias estabelecidas pelo Decreto nº 36.872, de 22 de agosto de 1996, e dá outras providências;
- CLXIV - Decreto nº 37.477, de 2 de junho de 1997, que altera o Decreto nº 37.298, de 13 de março de 1997, que introduziu modificações no Regulamento do Fundo Operação Empresa (FUNDOPEM-RS), aprovado pelo Decreto nº 36.264, de 31 de outubro de 1995;
- CLXV - Decreto nº 37.529, de 2 de julho de 1997, que cria a Comissão de Estudos prevista na Lei nº 10.959, de 27 de maio de 1997;
- CLXVI - Decreto nº 37.559, de 8 de julho de 1997, que altera quotas físicas de diárias estabelecidas para a Defensoria Pública do Estado;
- CLXVII - Decreto nº 37.606, de 29 de julho de 1997, que institui Comitê para implantação do Projeto Casa Blanca Forest - Complexo Rio Grande;
- CLXVIII - Decreto nº 37.767, de 17 de setembro de 1997, que cria Comissão Especial de Licitação;
- CLXIX - Decreto nº 37.831, de 14 de outubro de 1997, que institui o Prêmio Qualidade na Administração Pública Estadual Direta e Indireta;
- CLXX - Decreto nº 37.910, de 7 de novembro de 1997, que altera o Decreto nº 33.836, de 31 de janeiro de 1991, alterado pelo Decreto nº 33.876, de 1º de março de 1991;
- CLXXI - Decreto nº 38.000, de 11 de dezembro de 1997, que institui o Comitê Estadual das Micro e Pequenas Empresas do Rio Grande do Sul e dá outras providências;
- CLXXII - Decreto nº 38.026, de 12 de dezembro de 1997, que altera o Anexo I do Decreto nº 36.872, de 22 de agosto de 1996 e alterações;
- CLXXIII - Decreto nº 38.105, de 16 de janeiro de 1998, que dispõe sobre diárias devidas a servidores militares estaduais e dá outras providências;
- CLXXIV - Decreto nº 38.146, de 3 de fevereiro de 1998, que divulga o relatório do CAGED e dá outras providências;
- CLXXV - Decreto nº 38.176, de 16 de fevereiro de 1998, que modifica o Decreto nº 33.156, de 31 de março de 1989, que regulamenta o Imposto sobre a Transmissão "Causa Mortis" e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCD);
- CLXXVI - Decreto nº 38.246, de 18 de fevereiro de 1998, que altera quotas físicas trimestrais de diárias estabelecidas pelo Decreto nº 36.872, de 22 de agosto de 1996;
- CLXXVII - Decreto nº 38.313, de 11 de março de 1998, que regulamenta o Fundo de Desenvolvimento para Complexos Industriais - FDI/RS, criado pela Lei nº 11.085, de 22 de janeiro de 1998;
- CLXXVIII - Decreto nº 38.344, de 24 de março de 1998, que institui o Programa Gaúcho de Alta Tecnologia - RS/HI-TEC - e dá outras providências;

- CLXXIX - Decreto nº 38.345, de 25 de março de 1998, que modifica o Decreto nº 35.619, de 03/11/94, que instituiu a Guia de Arrecadação (GA);
- CLXXX - Decreto nº 38.438, de 28 de abril de 1998, que dispõe sobre a Política de Desenvolvimento Regional, cria o Comitê Coordenador da Política de Desenvolvimento Regional e dá outras providências;
- CLXXXI - Decreto nº 38.690, de 9 de julho de 1998, que dispõe sobre o Programa de Valorização do Serviço Público Estadual;
- CLXXXII - Decreto nº 38.695, de 9 de julho de 1998, que altera o Decreto nº 37.297, de 13 de março de 1997, que dispõe sobre a estrutura básica da Secretaria da Fazenda;
- CLXXXIII - Decreto nº 38.739, de 27 de julho de 1998, que altera quotas físicas trimestrais de diárias estabelecidas pelo Decreto nº 36.872, de 22 de agosto de 1996;
- CLXXXIV - Decreto nº 38.780, de 18 de agosto de 1998, que institui o Programa de Desenvolvimento da Cadeia Automotiva do Rio Grande do Sul - PDCA/RS e dá outras providências;
- CLXXXV - Decreto nº 38.784, de 18 de agosto de 1998, que altera o Anexo II do Decreto nº 33.997, de 17 de julho de 1991, já alterado pelo Decreto nº 34.060, de 03 de outubro de 1991;
- CLXXXVI - Decreto nº 38.961, de 13 de outubro de 1998, que institui o Projeto "Complexo Biocultural Museu da Vida" e dá outras providências;
- CLXXXVII - Decreto nº 39.001, de 3 de novembro de 1998, que cria o Comitê Executivo para Implantação do Complexo Industrial Automotivo em Gravataí;
- CLXXXVIII - Decreto nº 39.070, de 27 de novembro de 1998, que dispõe sobre liberação de cotas extras físicas de diárias para a Secretaria da Justiça e da Segurança;
- CLXXXIX - Decreto nº 39.071, de 27 de novembro de 1998, que dispõe sobre a liberação de cotas extras físicas e financeiras de diárias para a Secretaria da Justiça e da Segurança;
- CXC - Decreto nº 39.108, de 2 de dezembro de 1998, que regulamenta o Fundo para Investimento e Desenvolvimento Tecnológico do Estado do Rio Grande do Sul - FITEC/RS;
- CXCI - Decreto nº 39.368, de 9 de abril de 1999, que dispõe sobre o prazo para protocolização da nota fiscal ou nota fiscal fatura por empresas prestadoras de serviços contínuos à Administração Pública Estadual, altera o Decreto nº 35.994, de 25 de maio de 1995, e dá outras providências;
- CXCII - Decreto nº 39.518, de 14 de maio de 1999, que dispõe sobre a elaboração do Orçamento do Estado no âmbito do Poder Executivo;
- CXCIII - Decreto nº 39.581, de 7 de junho de 1999, que introduz alterações no Decreto nº 36.264, de 31 de outubro de 1995, que aprovou o Regulamento do Fundo Operação Empresa (FUNDOPEM-RS), instituído pela Lei nº 6.427, de 13 de outubro de 1972, e dá outras providências;
- CXCIV - Decreto nº 39.656, de 9 de agosto de 1999, que institui Comitê Executivo com a finalidade de formular plano de políticas públicas para a produção, distribuição e exibição audiovisual do Estado;
- CXCV - Decreto nº 39.680, de 24 de agosto de 1999, que cria Comissão Especial para organizar um acervo histórico da luta pela democracia e de denúncias de violações das liberdades democráticas e dos direitos humanos cometidas pela ditadura militar instalada em 31 de março de 1964;
- CXCVI - Decreto nº 39.838, de 25 de novembro de 1999, que altera os incisos I e II do artigo 6º do Decreto nº 35.923, de 12 de abril de 1995, que dispõe sobre a estrutura básica da Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos;
- CXCVII - Decreto nº 40.131, de 13 de junho de 2000, que altera o Estatuto da Fundação de Economia e Estatística, aprovado pelo Decreto nº 22.971, de 4 de janeiro de 1974;
- CXCVIII - Decreto nº 40.189, de 13 de julho de 2000, que introduz alterações no Decreto nº 36.264, de 31/10/95, que aprovou o Regulamento do Fundo Operação Empresa (FUNDOPEM-RS), instituído pela Lei nº 6.427, de 13/10/72;
- CXCIX - Decreto nº 40.196, de 17 de julho de 2000, que institui o Programa Extensão Empresarial - PEE - e dá outras providências;
- CC - Decreto nº 40.230, de 9 de agosto de 2000, que cria o Programa Gaúcho de Informática e dá outras providências;
- CCI - Decreto nº 40.243, de 15 de agosto de 2000, que institui os Centros Regionais de Desenvolvimento, Trabalho e Renda e dá outras providências;
- CCII - Decreto nº 40.275, de 5 de setembro de 2000, que institui o Programa Estadual de Crédito Assistido às Micro e Pequenas Empresas, às Cooperativas e aos Trabalhadores do Setor Informal, e dá outras providências;
- CCIII - Decreto nº 40.385, de 23 de outubro de 2000, que regulamenta o Fundo de Desenvolvimento Regional - FUNDOREGIONAL, instituído pela Lei nº 11.181, de 25 de junho de 1998 e dá outras providências;
- CCIV - Decreto nº 40.445, de 8 de novembro de 2000, que institui a Coordenação de Movimentação de Pessoal, e dá outras providências;
- CCV - Decreto nº 40.748, de 7 de maio de 2001, que institui o Programa de Desenvolvimento para Rochas Ornamentais da Metade Sul do Rio Grande do Sul;
- CCVI - Decreto nº 40.845, de 22 de junho de 2001, que altera o Decreto nº 36.213, de 2 de outubro de 1995, que dispõe sobre o uso de veículo particular na Administração Direta e Indireta do Estado, e dá outras providências;
- CCVII - Decreto nº 41.024, de 3 de setembro de 2001, que altera dispositivos do Decreto nº 35.915, de 12 de abril de 1995, que dispõe sobre a estrutura básica da Secretaria do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais;
- CCVIII - Decreto nº 41.122, de 23 de outubro de 2001, que altera e revoga Decretos que concedem incentivo financeiro do Fundo Operação Empresa do Estado do Rio Grande do Sul - FUNDOPEM/RS;
- CCIX - Decreto nº 41.200, de 13 de novembro de 2001, que altera Decretos que concedem incentivo financeiro do Fundo Operação Empresa do Estado do Rio Grande do Sul - FUNDOPEM/RS;
- CCX - Decreto nº 41.239, de 27 de novembro de 2001, que altera Decretos que concedem incentivo financeiro do Fundo Operação Empresa do Estado do Rio Grande do Sul - FUNDOPEM/RS;

- CCXI - Decreto nº 41.264, de 6 de dezembro de 2001, que altera os Decretos que concedem incentivo financeiro do Fundo de Operação Empresa do Estado do Rio Grande do Sul - FUNDOPEMRS;
- CCXII - Decreto nº 41.331, de 17 de janeiro de 2002, que institui o Programa de Apoio aos Sistemas Locais de Produção do Rio Grande do Sul - Programa SLPs -, e dá outras providências;
- CCXIII - Decreto nº 41.501, de 25 de março de 2002, que institui o Programa de Desenvolvimento do Setor de Pedras Preciosas do Rio Grande do Sul, e dá outras providências;
- CCXIV - Decreto nº 41.552, de 18 de abril de 2002, que dispõe sobre a classificação da Fundação de Esportes e Lazer do Estado do Rio Grande do Sul - FUNDERGS - no Grupo "A", para efeitos do Decreto nº 33.997, de 17 de julho de 1991;
- CCXV - Decreto nº 41.715, de 09 de julho de 2002, que modifica o Decreto Nº 35.160, de 23/03/94, que regulamenta a Lei Nº 10.045, de 29/12/93, que estabelece tratamento diferenciado à microempresa, ao microprodutor rural e à empresa de pequeno porte, e dá outras providências;
- CCXVI - Decreto nº 41.927, de 5 de novembro de 2002, que cria o Comitê de Proteção do Patrimônio Paleontológico, e dá outras providências;
- CCXVII - Decreto nº 41.989, de 29 de novembro de 2002, que suspende a concessão de benefícios previdenciários distintos dos previstos no Regime Geral de Previdência Social, por força de dispositivos legais federais, e dá outras providências.
- CCXVIII - Decreto nº 42.108, de 13 de janeiro de 2003, que institui a Comissão de Negociação da Reforma Tributária e da Dívida Pública com a União no Novo Pacto Federativo, e dá outras providências;
- CCXIX - Decreto nº 42.116, de 17 de janeiro de 2003, que modifica o Decreto nº 39.807, de 09/11/99, que dispõe sobre o Regulamento do FUNDOPEMRS, instituído pela Lei nº 11.028, de 10/11/97;
- CCXX - Decreto nº 42.192, de 1 de abril de 2003, que denomina de Centro Regional Trabalho e Renda os Centros Regionais instituídos pelo Decreto nº 40.243, de 15 de agosto de 2000, e dá outras providências;
- CCXXI - Decreto nº 42.253, de 21 de maio de 2003, que institui o Comitê da Etnia Italiana no Rio Grande do Sul e dá outras providências;
- CCXXII - Decreto nº 42.282, de 3 de junho de 2003, que altera o Decreto nº 39.986, de 18 de fevereiro de 2000, para instituir o Conselho Consultivo do Memorial do Rio Grande do Sul;
- CCXXIII - Decreto nº 42.326, de 8 de julho de 2003, que fixa a remuneração dos Reitores pro tempore da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul;
- CCXXIV - Decreto nº 42.390, de 15 de agosto de 2003, que institui o Comitê Executivo com a finalidade de elaborar o Programa Estadual de Desenvolvimento da Indústria Audiovisual - PROCINE;
- CCXXV - Decreto nº 42.570, de 3 de outubro de 2003, que dispõe sobre a contratação de prestadores de serviço turísticos pelos órgãos da Administração Pública Estadual, Direta e Indireta;
- CCXXVI - Decreto nº 42.577, de 7 de outubro de 2003, que estabelece os Programas Orçamentários e os respectivos códigos de que trata a Portaria nº 42/99, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e dá outras providências;
- CCXXVII - Decreto nº 42.610, de 30 de outubro de 2003, que altera o Decreto nº 42.253, de 21 de maio de 2003, que institui o Comitê da Etnia Italiana no Rio Grande do Sul, e dá outras providências;
- CCXXVIII - Decreto nº 42.660, de 18 de novembro de 2003, regulamenta o artigo 3º, inciso VIII, da lei nº 10.529, de 20 de julho de 1995, introduzido pela Lei nº 11.987, de 14 de outubro de 2003, e dá outras providências.
- CCXXIX - Decreto nº 42.845, de 20 de janeiro de 2004, que institui Comissão Especial com a finalidade de apresentar proposta para regulamentação da Lei nº 10.228, de 6 de julho de 1994;
- CCXXX - Decreto nº 42.892, de 5 de fevereiro de 2004, que altera o Decreto nº 42.390, de 15 de agosto de 2003, e dá outras providências;
- CCXXXI - Decreto nº 43.102, de 13 de maio de 2004, que fixa, a partir de 1º de maio de 2004, o valor do vale-refeição previsto na Lei nº 10.002, de 6 de dezembro de 1993;
- CCXXXII - Decreto nº 43.261, de 28 de julho de 2004, que institui o Conselho Regional de Turismo da Serra Gaúcha, nos termos do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Estado do Rio Grande do Sul - PRODETUR SUL/RS -, e dá outras providências;
- CCXXXIII - Decreto nº 43.371, de 29 de setembro de 2004, que institui o Programa Capacitação Empresarial - PCE, voltado para empresários de micro e pequenos empreendimentos, e dá outras providências;
- CCXXXIV - Decreto nº 43.467, de 23 de novembro de 2004, que dispõe sobre a realização de procedimentos de seleção de recursos humanos no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado pela Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos – FDRH;
- CCXXXV - Decreto nº 43.528, de 29 de dezembro de 2004, que dá nova redação ao artigo 1º do Decreto nº 43.441, de 9 de novembro de 2004, que excetua ao disposto no artigo 1º do Decreto nº 37.287, de 10 de março de 1997, os procedimentos licitatórios que se refere.
- CCXXXVI - Decreto nº 43.804, de 20 de maio de 2005, que autoriza a instituição de unidade administrativa de arquivo nas Secretarias Estaduais, nos órgãos integrantes do Gabinete do Governador, nas autarquias, nas fundações, nas sociedades de economia mista e nas empresas públicas, e dá outras providências;
- CCXXXVII - Decreto nº 43.805, de 20 de maio de 2005, que constitui o Comitê Executivo para compor a Comissão Pró-Centenário de Antônio Caringi;
- CCXXXVIII - Decreto nº 43.812, de 24 de maio de 2005, que fixa o valor-hora da bolsa-auxílio para os Estagiários da Administração Direta e Indireta, e dá outras providências;
- CCXXXIX - Decreto nº 44.357, de 20 de março de 2006, que divulga o valor apurado para fins da Lei nº 12.201, de 29 de dezembro de 2004;
- CCXL - Decreto nº 44.371, de 30 de março de 2006, que altera a redação do parágrafo único do artigo 2º do Decreto nº 39.629, de 15 de julho de 1999;

- CCXLI - Decreto nº 44.392, de 12 de abril de 2006, que constitui Comitê para o desenvolvimento cultural da Etnia Tcheca no Estado;
- CCXLII - Decreto nº 44.393, de 12 de abril de 2006, que institui o Selo Gaúcho de Responsabilidade Cultural;
- CCXLIII - Decreto nº 44.394, de 12 de abril de 2006, que institui o Troféu Cultura Gaúcha;
- CCXLIV - Decreto nº 44.495, de 23 de junho de 2006, que fixa o valor-hora da bolsa-auxílio dos Estagiários da Administração Direta e Indireta do Estado, e dá outras providências;
- CCXLV - Decreto nº 44.789, de 13 de dezembro de 2006, que institui o Programa de Apoio ao Combate às Desigualdades Regionais no Rio Grande do Sul - RS DESIGUALDADES, e dá outras providências;
- CCXLVI - Decreto nº 44.824, de 27 de dezembro de 2006, que institui Comissão Especial voltada ao apoio das ações de Beatificação do Padre Manuel Gomes Gonzalez e do Coroinha Adílio Daronch;
- CCXLVII - Decreto nº 44.885, de 10 de fevereiro de 2007, que institui o Selo Gaúcho Empreendedor;
- CCXLVIII - Decreto nº 44.920, de 2 de março de 2007, que altera o Decreto nº 35.139, de 3 de março de 1994, e dá outras providências;
- CCXLIX - Decreto nº 45.096, de 12 de junho de 2007, que excepciona a aplicação do Decreto nº 45.052, de 16 de maio de 2007, e dá outras providências;
- CCL - Decreto nº 45.400, de 17 de dezembro de 2007, que instala a Escola de Governo do Estado do Rio Grande do Sul, no âmbito da Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos - FDRH, e dá outras providências;
- CCLI - Decreto nº 45.401, de 17 de dezembro de 2007, que dispõe sobre a participação de detentores de cargos e funções de direção superior da Administração Pública Estadual direta e indireta no Curso de Gestão Pública Moderna, a ser realizado pela Escola de Governo da Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos - FDRH, de que cuida o Decreto Estadual nº 45.400, de 17 de dezembro de 2007, e dá outras providências;
- CCLII - Decreto nº 45.502, de 27 de fevereiro de 2008, que dispõe sobre o pagamento de auxílio alimentação para os Diretores da Companhia de Gás do Rio Grande do Sul – SULGÁS;
- CCLIII - Decreto nº 45.863, de 9 de setembro de 2008, que institui um Comitê para o resgate, pesquisa e estudo cultural da etnia pomerana no Estado;
- CCLIV - Decreto nº 45.957, de 21 de outubro de 2008, que disciplina o procedimento licitatório para as contratações para a realização de projetos e obras de construção de barragens e microaçudes, e dá outras providências;
- CCLV - Decreto nº 46.063, de 12 de dezembro de 2008, que aprova o Regulamento das Promoções da carreira de Técnico Tributário da Receita Estadual, integrante do Quadro de Pessoal Efetivo da Secretaria da Fazenda;
- CCLVI - Decreto nº 46.064, de 12 de dezembro de 2008, que dispõe sobre Promoções da carreira de Agente Fiscal do Tesouro do Estado, integrante do Quadro de Pessoal Efetivo da Secretaria da Fazenda;
- CCLVII - Decreto nº 46.396, de 10 de junho de 2009, que institui Grupo Técnico para elaboração do Sistema Público de Acompanhamento das Proposições Culturais junto à Lei de Incentivo à Cultura;
- CCLVIII - Decreto nº 46.579, de 24 de agosto de 2009, que institui o Comitê de Acompanhamento do Programa Mais Cultura;
- CCLIX - Decreto nº 46.683, de 14 de outubro de 2009, que dispõe sobre a reformulação do Catálogo de Materiais no âmbito do Poder Executivo;
- CCLX - Decreto nº 47.080, de 19 de março de 2010, que dispõe sobre a remuneração dos titulares da Reitoria pro tempore da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – UERGS;
- CCLXI - Decreto nº 47.141, de 5 de abril de 2010, que fixa o valor-hora da bolsa auxílio para os Estagiários da Administração Direta e Indireta, e dá outras providências;
- CCLXII - Decreto nº 47.663, de 14 de dezembro de 2010, que altera dispositivo do Decreto nº 45.291, de 23 de outubro de 2007;
- CCLXIII - Decreto nº 47.676, de 20 de dezembro de 2010, que altera a redação da art. 10, do Decreto nº 39.108, de 2 de dezembro de 1998;
- CCLXIV - Decreto nº 47.841, de 15 de fevereiro de 2011, que dispõe sobre a renumeração dos integrantes da Reitoria da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, e dá outras providências;
- CCLXV - Decreto nº 47.879, de 10 de março de 2011, que institui o Programa de Desenvolvimento do Turismo do Estado do Rio Grande do Sul - PRODETUR RS;
- CCLXVI - Decreto nº 48.059, de 26 de maio de 2011, que institui Comissão Permanente para realizar estudos voltados à necessidades de espaço físico dos órgãos públicos estaduais instalados em Porto Alegre e à reestruturação do Centro Administrativo Fernando Ferrari - CAFF -, objetivando a centralização das atividades administrativas, e a racionalização do uso dos prédios estaduais, melhoria das instalações públicas, das condições de trabalho e de atendimento à sociedade gaúcha;
- CCLXVII - Decreto nº 48.091, de 8 de junho de 2011, que dispõe sobre normas para a execução de serviços gráficos na Administração Pública Estadual;
- CCLXVIII - Decreto nº 48.125, de 28 de junho de 2011, que institui o Núcleo Especial de Gestão dos Programas apoiados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (NEGEP), no âmbito do Programa Emergencial de Financiamento - PEF II;
- CCLXIX - Decreto nº 48.226, de 9 de agosto de 2011, que dispõe sobre a estrutura básica da Secretaria de Habitação e Saneamento, e dá outras providências;
- CCLXX - Decreto nº 48.611, de 22 de novembro de 2011, que institui Comitê Gestor RS na Paz para atuar no âmbito da Secretaria da Segurança Pública, com a finalidade de formular, acompanhar e fiscalizar o Programa Estadual de Segurança Pública com Cidadania, e dá outras providências;
- CCLXXI - Decreto nº 48.640, de 1º de dezembro de 2011, que aprova o Estatuto da Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos – FDRH;
- CCLXXII - Decreto nº 48.688, de 14 de dezembro de 2011, que dispõe sobre a composição, estruturação,

competência e funcionamento do Conselho Estadual de Economia Solidária – CESOL;

CCLXXIII - Decreto nº 48.708, de 16 de dezembro de 2011, que cria o Departamento de Gestão do Conhecimento para a Prevenção e a Repressão à Corrupção - DEGECOR -, alterando o Decreto nº 47.934, de 5 de abril de 2011;

CCLXXIV - Decreto nº 48.937, de 20 de março de 2012, que dispõe sobre as atribuições do Comitê de Articulação da Política Estadual de Fomento à Economia da Cooperação, criado pela Lei nº 13.839, de 5 de dezembro de 2011;

CCLXXV - Decreto nº 49.085, de 8 de maio de 2012, que introduz alterações no Decreto nº 48.640, de 1º de dezembro de 2011, que aprova o Estatuto da Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos – FDRH;

CCLXXVI - Decreto nº 49.137, de 23 de maio de 2012, que aprova o Regimento Interno da Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos – FDRH;

CCLXXVII - Decreto nº 49.425, de 31 de julho de 2012, que institui Comissão Especial de Licitações no âmbito do Programa de Apoio à Retomada do Desenvolvimento Econômico e Social do Estado do Rio Grande do Sul - PROREDES-BIRD;

CCLXXVIII - Decreto nº 49.735, de 23 de outubro de 2012, que aprova o Regimento Interno da Secretaria Executiva do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social;

CCLXXIX - Decreto nº 49.803, de 8 de novembro de 2012, que aprovou o Regimento Interno Conselho Estadual de Economia Solidária – CESOL;

CCLXXX - Decreto nº 50.116, de 28 de fevereiro de 2013, que cria o Grupo de Gestão Integrada e o Grupo Executivo do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC 2 MOBILIDADE - GRANDES CIDADES no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul;

CCLXXXI - Decreto nº 50.335, de 21 de maio de 2013, que institui o Sistema de Acompanhamento de Recomendações elaboradas no âmbito do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do Rio Grande do Sul - CDES/RS;

CCLXXXII - Decreto nº 50.407, de 18 de junho de 2013, que institui Comissão Especial com a finalidade de propor e estruturar o Programa de criação do Polo Espacial no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul;

CCLXXXIII - Decreto nº 50.565, de 20 de agosto de 2013, que institui o Gabinete de Gestão Integrada dos Territórios de Paz;

CCLXXXIV - Decreto nº 50.584, de 21 de agosto de 2013, que altera o Decreto nº 38.705, de 16 de julho de 1998, que instituiu o Conselho Estadual de Trânsito do Rio Grande do Sul - CETRAN/RS;

CCLXXXV - Decreto nº 50.659, de 12 de setembro de 2013, que altera o Decreto nº 49.425, de 31 de julho de 2012, que institui Comissão Especial de Licitações no âmbito do Programa de Apoio à Retomada do Desenvolvimento Econômico e Social do Estado do Rio Grande do Sul - PROREDES-BIRD;

CCLXXXVI - Decreto nº 50.799, de 30 de outubro de 2013, que dispõe sobre o Regimento Interno da Secretaria do Turismo;

CCLXXXVII - Decreto nº 50.836, de 11 de novembro de 2013, que altera o Decreto nº 47.934 de 5 de abril de 2011, que dispõe sobre a estrutura básica da Secretaria da Segurança Pública;

CCLXXXVIII - Decreto nº 51.047, de 18 de dezembro de 2013, que cria o Grupo Gestor do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC - Cidades Históricas - GGPACCH, no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul;

CCLXXXIX - Decreto nº 51.060, de 23 de dezembro de 2013, que altera o Anexo Único do Decreto nº 50.749, de 15 de outubro de 2013, que aprova o Regulamento do Programa CNH Social no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul;

CCXC - Decreto nº 51.143, de 21 de janeiro de 2014, que institui o Comitê de Acompanhamento da Execução Orçamentária da Participação Popular e Cidadã, no âmbito da Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã;

CCXCI - Decreto nº 51.299, de 17 de março de 2014, que institui o Programa de Apoio ao Turismo Religioso;

CCXCII - Decreto nº 51.595, de 23 de junho de 2014, que institui a Política de Desenvolvimento de Regiões Afetadas por Empreendimentos Hidrelétricos - PDRAEH, e a Política Estadual dos Atingidos por Empreendimentos Hidrelétricos no Estado do Rio Grande do Sul – PEAEH;

CCXCIII - Decreto nº 51.647, de 15 de julho de 2014, que cria o Museu dos Direitos Humanos do Mercosul, vinculado à Secretaria da Cultura;

CCXCIV - Decreto nº 51.676, de 24 de julho de 2014, que excepciona da aplicação do Decreto nº 42.434, de 9 de setembro de 2003, que regulamenta, no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, a modalidade de licitação denominada pregão por meio eletrônico, para a aquisição de bens e serviços comuns, instituída pela Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002;

CCXCV - Decreto nº 52.073, de 24 de novembro de 2014, que institui Comissão Gestora da Film Commission RS - FilCom RS, com a finalidade de fomentar e promover a produção audiovisual no Estado do Rio Grande do Sul;

CCXCVI - Decreto nº 52.140, de 9 de dezembro de 2014, que institui o Prêmio Inovação do Turismo RS, no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul;

CCXCVII - Decreto nº 52.171, de 17 de dezembro de 2014, que altera o Regimento Interno da Polícia Civil;

CCXCVIII - Decreto nº 52.275, de 26 de fevereiro de 2015, que dispõe sobre o valor da diária de alimentação e da etapa de alimentação devidas, respectivamente, aos policiais civis e militares estaduais;

CCXCIX - Decreto nº 52.369, de 18 de maio de 2015, que altera o Regimento Interno da Polícia Civil, para criar a Divisão de Apoio Aéreo - DAA, extinguir o Serviço de Apoio da Divisão de Inteligência Policial e Análise Criminal do Departamento Estadual de Investigações Criminais, transferir a Divisão de Armas, Munições e Explosivos do Departamento de Informática Policial - DINP - para o Departamento de Administração Policial - DAP - da Polícia Civil, e estabelecer sua organização e competência;

CCC - Decreto nº 52.900, de 3 de fevereiro de 2016, que dispõe sobre o valor da diária de alimentação e da etapa de alimentação devidas, respectivamente, aos policiais civis e militares estaduais.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.